EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 0326/2026 - UC/Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90326/2026 - UC/Saúde

SRP Nº. 063/2026 - UC/Saúde

COMPRAS GOV Nº. 926809 - 57/2026

COMUNICADO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Agente de Contratação/Pregoeiro **Sr. Anderson Kleyton Gomes da Silva** designada pela **Portaria GP nº. 0935/2026** torna público, que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico,** tipo **Menor Preço por item**, objetivando a contratação dos produtos indicados no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação ***(internet).***

1.2. A licitação será regida pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC n°. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024; nº 080 de 30 de julho de 2024; nº 083 de 29 de julho de 2025, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.3. A sessão pública para processamento desta licitação será realizada no Endereço Eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/ **UASG: 926809** no **dia 06 de novembro de 2026 às 09h00min** (horário de Brasília/DF);

1.4. Esta licitação **NÃO está reservada exclusivamente** à participação de microempresa e empresa de pequeno porte.

1.5. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo I **Termo de Referência**

Anexo II **Cadastro para assinatura de contrato**

Anexo III **Declarações Complementares**

Anexo IV **Minuta da ARP**

Anexo V **Minuta de Contrato**

OBJETO

2.1. Pregão Eletrônico, que objetiva o Registro de Preços para ***Aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais, necessários ao suporte de atividades e à liberação de laudos de exames nos LABCEN e no LACIAN***, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo descritos nos itens abaixo.

2.2. ***Em caso de divergência entre o descritivo dos itens no edital e no Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante no Edital.***

2.3. O valor estimado para os itens relacionados nesse Edital é de: **R$ 1.284.144,45** ***(um milhão,***

duzentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais, e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos em planilha abaixo:

COTAS	ITEM	DESCRIÇÃO	APRES	MAC	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R$)
LOTE 01 – REAGENTES E KITS PARA SOROLOGIA/IMUNOLOGIA E BIOQUÍMICA							
PRINCIPAL	1	SOLUÇÃO DE GLICOSE ANIDRA, AROMATIZADA E SABORIZADA (LIMÃO) PRONTO USO, PARA REALIZAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA. FRASCO COM 75G/300ML. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE	FRASCO	16.500	**16.500**	R$ 7,98	R$ 131.670,00
RESERVADA	2	SOLUÇÃO DE GLICOSE ANIDRA, AROMATIZADA E SABORIZADA (LIMÃO) PRONTO USO, PARA REALIZAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA. FRASCO COM 75G/300ML. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE	FRASCO	5.500	**5.500**	R$ 7,98	R$ 43.890,00
EXCLUSIVA ME E EPP	3	KIT PARA PESQUISA DE ANTIESTREPTOLISINA O EM AMOSTRAS DE SORO, USANDO-SE PARTÍCULAS DE LÁTEX REVESTIDAS COM ESTREPTOLISINA O POR AGLUTINAÇÃO INDIRETA. MÍNIMO DE 100 TESTES. COM SORO CONTROLE.	KIT	220	**220**	R$ 63,78	R$ 14.031,60
EXCLUSIVA ME E EPP	4	KIT PARA PESQUISA DE FATOR REUMATÓIDE (FR) EM AMOSTRAS DE SORO, USANDO-SE PARTÍCULAS DE LÁTEX REVESTIDAS COM IGG HUMANA POR AGLUTINAÇÃO INDIRETA. MÍNIMO DE 100 TESTES. COM SORO CONTROLE.	KIT	270	**270**	R$ 46,20	R$ 12.474,00
EXCLUSIVA ME E EPP	5	ANTÍGENO PARA VDRL. REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS NO SORO OU PLASMA POR FLOCULAÇÃO COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 100ML	KIT	180	180	R$ 56,55	R$ 10.179,00
EXCLUSIVA ME E EPP	6	SORO DE COOMBS – REAGENTE CONTENDO SORO ANTI-IGG, DESTINADO A PESQUISA DE ANTICORPOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. APRESENTAÇÃO EM FRASCOS COM 10ML	FRASCO	62	**62**	R$ 46,98	R$ 2.912,76
EXCLUSIVA ME E EPP	7	ALBUMINA BOVINA A 22%, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. VALIDADE MINIMA DE UM ANO. FRASCO COM 10ML.	FRASCO	50	**50**	R$ 36,54	R$ 1.827,00
EXCLUSIVA ME E EPP	8	SORO ANTI-A MONOCLONAL PARA TIPAGEM SANGUÍNEA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 10ML.	FRASCO 10ML	40	**40**	R$ 26,77	R$ 1.070,80

EXCLUSIVA ME E EPP	9	SORO ANTI-HUMANO ANTI-IGG, C3D – POLIESPECÍFICO. PARA TESTES ANTIGLOBULINA DIRETO E INDIRETO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. APRESENTAÇÃO EM FRASCOS COM 10ML	FRASCO	30	**30**	R$ 40,31	R$ 1.209,30
EXCLUSIVA ME E EPP	10	ANTÍGENO PARA VDRL. REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS NO SORO OU PLASMA POR FLOCULAÇÃO COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. APRESENTAÇÃO EM FRASCOS COM, NO MÍNIMO, 5ML.	KIT	300	300	R$ 46,47	R$ 13.941,00
EXCLUSIVA ME E EPP	11	SORO ANTI-B MONOCLONAL PARA TIPAGEM SANGUÍNEA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	FRASCO	40	40	R$ 26,06	R$ 1.042,40
EXCLUSIVA ME E EPP	12	SORO ANTI-D MONOCLONAL PARA TIPAGEM SANGUÍNEA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE	FRASCO	40	**40**	R$ 44,34	R$ 1.773,60
EXCLUSIVA ME E EPP	13	SORO CONTROLE RH (MONOCLONAL). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	FRASCO	35	**35**	R$ 28,55	R$ 999,25
LOTE 02 – MEIOS DE CULTURA E REAGENTES DE MICROBIOLOGIA/BACTERIOLOGIA							
AMPLA CONCORRÊNCIA	14	CORANTE CRISTAL VIOLETA. FRASCO COM 25 GRAMAS.	FRASCO	1	**1**	R$ 25,90	R$ 25,90
AMPLA CONCORRÊNCIA	15	CORANTE DE FUCSINA FENICADA DE ZIEHL. FRASCO COM 1.000 ML.	FRASCO	1	**1**	R$ 59,03	R$ 59,03
EXCLUSIVA ME E EPP	16	MEIO AGAR SABOURAUD COM CLORAFENICOL, PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM.	UNIDADE	1.460	**1.460**	R$ 7,14	R$ 10.424,40
EXCLUSIVA ME E EPP	17	MEIO DE CULTURA ÁGAR TEAGUE/EMB, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM.	UNIDADE	5.400	**5.400**	R$ 8,36	R$ 45.144,00
EXCLUSIVA ME E EPP	18	MEIO DE CULTURA ÁGAR MANITOL SAL, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM	UNIDADE	1.640	**1.640**	R$ 7,66	R$ 12.562,40
EXCLUSIVA ME E EPP	19	MEIO AGAR SANGUE CARNEIRO 5%, PRONTO PARA USO, PLACA DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	4.200	**4.200**	R$ 8,08	R$ 33.936,00

EXCLUSIVA ME E EPP	20	MEIO DE CULTURA ÁGAR CROMOGÊNICO, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM.	UNIDADE	5.000	**5.000**	R$ 8,14	R$ 40.700,00
EXCLUSIVA ME E EPP	21	MEIO AGAR THAYER MARTIN PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	1.400	**1.400**	R$ 8,35	R$ 11.690,00
EXCLUSIVA ME E EPP	22	MEIO DE CULTURA ÁGAR CLED, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM.	UNIDADE	3.400	**3.400**	R$ 5,18	R$ 17.612,00
EXCLUSIVA ME E EPP	23	COLORAÇÃO DE ZIEHL-NEELSEN PARA BACILOSCOPIA DE HANSENÍASE (FUCSINA FILTRADA, ÁLCOOL-ÁCIDO A 1% E AZUL DE METILENO A 0,3%)	LITRO	30	**30**	R$ 59,98	R$ 1.799,40
EXCLUSIVA ME E EPP	24	MEIO DE CULTURA CALDO BHI, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO, ADITIVOS NACL 6,5%. TUBO 13X100MM	UNIDADE	180	**180**	R$ 5,83	R$ 1.049,40
EXCLUSIVA ME E EPP	25	CALDO BHI EM TUBO, PRONTO USO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	600	**600**	R$ 4,29	R$ 2.574,00
EXCLUSIVA ME E EPP	26	FITAS PARA DETERMINAÇÃO DE OXIDASE, EMBALAGEM COM 10 FITAS QUE PERMITEM A DETECÇÃO IMEDIATA DA ENZIMA OXIDASE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	FRASCO	10	**10**	R$ 39,38	R$ 393,80
EXCLUSIVA ME E EPP	27	MEIO AGAR BILE ESCULINA, PRONTO PARA USO, TUBO 13X100 MM APROXIMADAMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	600	**600**	R$ 4,32	R$ 2.592,00
EXCLUSIVA ME E EPP	28	MEIO AGAR CITRATO, PRONTO PARA USO, TUBO 13X100 MM APROXIMADAMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	5.000	**5.000**	R$ 4,04	R$ 20.200,00
EXCLUSIVA ME E EPP	29	MEIO AGAR MAC CONCKEY PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 4,77	R$ 28.620,00
EXCLUSIVA ME E EPP	30	MEIO AGAR MULLER HINTON, PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 4,86	R$ 29.160,00

EXCLUSIVA ME E EPP	31	ALCOOL ACETONA GRAM 500 ML	LITRO	10	**10**	R$ 27,54	R$ 275,40
EXCLUSIVA ME E EPP	32	COLORAÇÃO PARA GRAM KIT CONTENDO 04 REAGENTES: VIOLETA DE GRAM, ÁLCOOL ÁCIDO, LUGOL E FUSCINA. KIT CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	KIT	20	**20**	R$ 79,03	R$ 1.580,60
EXCLUSIVA ME E EPP	33	REAGENTE DE KOVACS PARA DETECÇÃO DE INDOL. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. FRASCO COM 10 ML.	FRASCO	15	**15**	R$ 25,50	R$ 382,50
LOTE 03 – DISCOS E FITAS PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE)							
EXCLUSIVA ME E EPP	34	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE GENTAMICINA. DOSAGEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	25	**25**	R$ 18,00	R$ 450,00
EXCLUSIVA ME E EPP	35	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE PENICILINA, DOSAGEM 1 U. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	20	**20**	R$ 16,18	R$ 323,60
EXCLUSIVA ME E EPP	36	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE PENICILINA. DOSAGEM 10U. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 17,02	R$ 170,20
EXCLUSIVA ME E EPP	37	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ERITROMICINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 17,11	R$ 205,32
EXCLUSIVA ME E EPP	38	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ÁCIDO CLAVULÂNICO + AMOXICILINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	55	**55**	R$ 16,39	R$ 901,45
EXCLUSIVA ME E EPP	39	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ÁCIDO NALIDÍXICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	6	**6**	R$ 16,82	R$ 100,92
EXCLUSIVA ME E EPP	40	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AMICACINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 21,84	R$ 262,08

EXCLUSIVA ME E EPP	41	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AMPICILINA. DOSAGEM DE 10 µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	55	**55**	R$ 18,60	R$ 1.023,00
EXCLUSIVA ME E EPP	42	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AMPICILINA. DOSAGEM DE 2 µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 18,55	R$ 222,60
EXCLUSIVA ME E EPP	43	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AZITROMICINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 19,24	R$ 192,40
EXCLUSIVA ME E EPP	44	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AZTREONAN. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	6	**6**	R$ 19,59	R$ 117,54
EXCLUSIVA ME E EPP	45	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFALEXINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	55	**55**	R$ 18,77	R$ 1.032,35
EXCLUSIVA ME E EPP	46	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFALOTINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	30	**30**	R$ 19,64	R$ 589,20
EXCLUSIVA ME E EPP	47	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFEPIME. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 19,47	R$ 116,82
EXCLUSIVA ME E EPP	48	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFOTAXIMA. DOSAGEM 30µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	5	**5**	R$ 19,99	R$ 99,95
EXCLUSIVA ME E EPP	49	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFOTAXIMA. DOSAGEM 5µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	5	**5**	R$ 18,93	R$ 94,65

EXCLUSIVA ME E EPP	50	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFOXITINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 19,46	R$ 233,52
EXCLUSIVA ME E EPP	51	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFTAZIDIMA. DOSAGEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 18,61	R$ 111,66
EXCLUSIVA ME E EPP	52	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFTAZIDIMA. DOSAGEM 30µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	5	**5**	R$ 19,43	R$ 97,15
EXCLUSIVA ME E EPP	53	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFTRIAXONA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 19,57	R$ 195,70
EXCLUSIVA ME E EPP	54	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFUROXIMA - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 18,58	R$ 111,48
EXCLUSIVA ME E EPP	55	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CIPROFLOXACINO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	75	**75**	R$ 17,73	R$ 1.329,75
EXCLUSIVA ME E EPP	56	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CLINDAMICINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 21,91	R$ 262,92
EXCLUSIVA ME E EPP	57	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CLORANFENICOL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	7	**7**	R$ 17,33	R$ 121,31
EXCLUSIVA ME E EPP	58	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ERTAPENEM - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	7	**7**	R$ 23,86	R$ 167,02

EXCLUSIVA ME E EPP	59	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE IMIPENEN - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	15	**15**	R$ 21,49	R$ 322,35
EXCLUSIVA ME E EPP	60	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE LEVOFLOXACINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	50	**50**	R$ 17,21	R$ 860,50
EXCLUSIVA ME E EPP	61	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE LINEZOLIDE. DOSAGEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	7	**7**	R$ 18,66	R$ 130,62
EXCLUSIVA ME E EPP	62	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE LINEZOLIDE. DOSAGEM 30µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	5	**5**	R$ 22,52	R$ 112,60
EXCLUSIVA ME E EPP	63	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE MOXIFLOXACINO 5µG - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	12	**12**	R$ 17,95	R$ 215,40
EXCLUSIVA ME E EPP	64	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE NITROFURANTOÍNA. DOSAGEM 100µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	60	**60**	R$ 17,74	R$ 1.064,40
EXCLUSIVA ME E EPP	65	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE NITROFURANTOÍNA. DOSAGEM 300µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	40	**40**	R$ 18,97	R$ 758,80
EXCLUSIVA ME E EPP	66	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE NORFLOXACINO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	50	**50**	R$ 19,49	R$ 974,50
EXCLUSIVA ME E EPP	67	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE OFLOXACINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	5	**5**	R$ 16,21	R$ 81,05
EXCLUSIVA ME E EPP	68	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE PIPERACICLINA TAZOBACTAN. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	15	**15**	R$ 22,94	R$ 344,10

EXCLUSIVA ME E EPP	69	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE POLIMIXINA B. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 21,30	R$ 127,80
EXCLUSIVA ME E EPP	70	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE SULFAZOTRIM 25MCG - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	20	**20**	R$ 17,38	R$ 347,60
EXCLUSIVA ME E EPP	71	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE TETRACICLINA 30 µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 16,21	R$ 162,10
EXCLUSIVA ME E EPP	72	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE TOBRAMICINA, 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 16,42	R$ 164,20
EXCLUSIVA ME E EPP	73	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE VANCOMICINA DOSAGEM 5µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	5	**5**	R$ 16,60	R$ 83,00
EXCLUSIVA ME E EPP	74	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE MPICILINA + SULFABACTAM. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	15	**15**	R$ 19,84	R$ 297,60
EXCLUSIVA ME E EPP	75	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) MEROPENEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCO	FRASCO	15	**15**	R$ 19,41	R$ 291,15
EXCLUSIVA ME E EPP	76	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA TEICOPLANINA 30 MCG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 17,64	R$ 105,84
EXCLUSIVA ME E EPP	77	DISCOS PARA ANTIBIOGRAMA DE TRIMETROPINA + SULFAMETOXAZOL 25MCG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	75	**75**	R$ 21,17	R$ 1.587,75

EXCLUSIVA ME E EPP	78	FITA DE GRADIENTE DE CONCENTRAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DA CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM/MIC) DE VANCOMICINA, EM SUPORTE PLÁSTICO OU PAPEL ESPECIAL, COM GRADIENTE CONTÍNUO EM ESCALA LOGARÍTMICA, GRADUADA EM µG/ML, PARA USO SOBRE MEIO DE CULTURA EM ÁGAR (EX.: MÜLLER-HINTON), COM LEITURA POR ELIPSE DE INIBIÇÃO APÓS INCUBAÇÃO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO VIGENTE NA ANVISA.	FRASCO	30	**30**	R$ 24,98	R$ 749,40
LOTE 04 – MATERIAIS DE COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS							
PRINCIPAL	79	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTEAO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	UNIDADE	52.500	**52.500**	R$ 1,75	R$ 91.875,00
PRINCIPAL	80	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO	UNIDADE	90.000	**90.000**	R$ 1,60	R$ 144.000,00
RESERVADA	81	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTEAO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	UNIDADE	17.500	**17.500**	R$ 1,75	R$ 30.625,00
RESERVADA	82	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO	UNIDADE	30.000	**30.000**	R$ 1,60	R$ 48.000,00
EXCLUSIVA ME E EPP	83	TUBO A VÁCUO PARA COLETA DE SANGUE VENOSO COM CITRATO DE SÓDIO 3,2%, TAMPA AZUL, VOLUME 4ML, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO (TP, TTPA, FIBRINOGÊNIO E CORRELATOS), COMPATÍVEL COM SISTEMAS DE COLETA A VÁCUO E ROTINA LABORATORIAL DEANÁLISES CLÍNICAS.	UNIDADE	12.000	**12.000**	R$ 0,93	R$ 11.160,00
EXCLUSIVA ME E EPP	84	AGULHA DESCARTÁVEL ESTÉRIL PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, CALIBRE 22G X 1" (0,7 X 25 MM), CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPATÍVEL COM SISTEMA DE COLETA A VÁCUO E ADAPTADORES DE COLETA, DESTINADA À ROTINA LABORATORIAL DE ANÁLISES CLÍNICAS	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	**60**	R$ 47,85	R$ 2.871,00
EXCLUSIVA ME E EPP	85	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS, COM HASTE DE PLÁSTICO COM MEIO STUART. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	2.000	**2.000**	R$ 1,96	R$ 3.920,00

EXCLUSIVA ME E EPP	86	SWAB, MATERIAL HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO* EMBALAGEM INDIVIDUAL, ADITIVOS COM MEIO DE TRANSPORTE CARY-BLAIR, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO DE USO DESCARTÁVEL.	UNIDADE	300	**300**	R$ 2,17	R$ 651,00
EXCLUSIVA ME E EPP	87	TUBO TIPO FALCON ESTÉRIL COM TAMPA ROSQUEADA DE 15 ML.	UNIDADE	60.000	**60.000**	R$ 0,79	R$ 47.400,00
EXCLUSIVA ME E EPP	88	FRASCO PARA COLETA DE HEMOCULTURA ADULTO COM 45ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO	500	**500**	R$ 10,96	R$ 5.480,00
EXCLUSIVA ME E EPP	89	SWAB PARA COLETA E TRANSPORTE DE AMOSTRAS COM MEIO DE TRANSPORTE CARYBLAIR, ESTÉRIL. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	10	**10**	R$ 216,50	R$ 2.165,00
EXCLUSIVA ME E EPP	90	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM REAGENTE FLUORETO DE SÓDIO, DIMENSÕES 13X75, VOLUME 4ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, PERIODO DE VALIDADE. VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO.	UNIDADE	16.000	**16.000**	R$ 0,93	R$ 14.880,00
EXCLUSIVA ME E EPP	91	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM REAGENTE EDTA K3, 13X75MM, 4ML, TAMPA ROXA. VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO.	UNIDADE	12.000	**12.000**	R$ 0,82	R$ 9.840,00
EXCLUSIVA ME E EPP	92	COLETOR DE URINA 24H. MATERIAL: POLIETILENO. COLETOR 24HORAS. CAPACIDADE 2 LITROS. GRADUADO DE 100 EM 100ML. BOCA DE 80MM DE DIÂMETRO, TAMPA ROSQUEADA. COR DO RECIPIENTE: ÂMBAR	UNIDADE	1.200	**1.200**	R$ 7,41	R$ 8.892,00
EXCLUSIVA ME E EPP	93	SWAB ESTÉRIL COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL PARA USO DE SECREÇÃO URETRAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	350	**350**	R$ 1,24	R$ 434,00
EXCLUSIVA ME E EPP	94	POTE COLETOR UNIVERSAL ESTÉRIL COM TAMPA DE ROSCA, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE. CAPACIDADE 80 ML (TAMPA VERMELHA).	FRASCO	40.000	**40.000**	R$ 0,81	R$ 32.400,00
EXCLUSIVA ME E EPP	95	ALÇA CALIBRADA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL DE 01 MICROLITRO EM POLIESTIRENO. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	5.000	**5.000**	R$ 0,31	R$ 1.550,00
EXCLUSIVA ME E EPP	96	ALÇA CALIBRADA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL DE 10 MICROLITRO EM POLIESTIRENO. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 0,31	R$ 1.860,00
EXCLUSIVA ME E EPP	97	FRASCO PARA HEMOCULTURA PEDIÁTRICA COM 9ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	FRASCO	200	**200**	R$ 7,60	R$ 1.520,00

EXCLUSIVA ME E EPP	98	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS, COM HASTE DE PLÁSTICO E PONTA DE ALGODÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	UNIDADE	2.000	**2.000**	R$ 0,39	R$ 780,00
EXCLUSIVA ME E EPP	99	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS, COM HASTE DE PLÁSTICO E PONTA DE RAYON. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	1.500	**1.500**	R$ 0,39	R$ 585,00
EXCLUSIVA ME E EPP	100	SWAB, HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA: PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM MEIO DE TRANSPORTE AMIES COM CARVÃO ATIVADO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	100	**100**	R$ 2,28	R$ 228,00
EXCLUSIVA ME E EPP	101	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA. MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME 9ML, COMPONENTES: COM HEPARINA DE SÓDIO, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: À VÁCUO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	1.000	**1.000**	R$ 1,74	R$ 1.740,00
EXCLUSIVA ME E EPP	102	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM REAGENTE EDTA K3, 13X75MM, 4ML, TAMPA ROXA. FABRICADO EM PLÁSTICO PET TRANSPARENTE PARA VISIBILIDADE TOTAL DO CONTEÚDO. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	50.000	**50.000**	R$ 0,70	R$ 35.000,00
EXCLUSIVA ME E EPP	103	POTE COLETOR PARA URINA, FORMATO CÔNICO, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, GRADUADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 ML, INDICADO PARA COLETA DE AMOSTRA DE URINA PARA EXAME DE ROTINA (EAS/SUMÁRIO DE URINA), PERMITINDO A CENTRIFUGAÇÃO DIRETA DO PRÓPRIO FRASCO PARA ANÁLISE DO SEDIMENTO URINÁRIO.	FRASCO	60.000	**60.000**	R$ 0,56	R$ 33.600,00
LOTE 05 – VIDRARIAS, PLÁSTICOS E UTENSÍLIOS DE BANCADA							
EXCLUSIVA ME E EPP	104	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO, COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO, COM MENISCO NA COR BRANCA.	UNIDADE	15	**15**	R$ 71,25	R$ 1.068,75
EXCLUSIVA ME E EPP	105	LÂMINAS PARA MICROSCOPIA, 20,0 X 20,0 MM, ESPESSURA DE 0,13 A 0,16 MM, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	**20**	R$ 6,11	R$ 122,20
EXCLUSIVA ME E EPP	106	ESTANTE TIPO GRADE, EM POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 40 TUBOS DE ENSAIO DE 20 A 21MM, AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	50	**50**	R$ 20,60	R$ 1.030,00

EXCLUSIVA ME E EPP	107	ESTANTE TIPO GRADE, EM POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 60 TUBOS DE ENSAIO DE 17MM, AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	50	**50**	R$ 22,54	R$ 1.127,00
EXCLUSIVA ME E EPP	108	CAIXA PORTA LÂMINA DE PLÁSTICO, CAPACIDADE PARA 100 LÂMINAS	UNIDADE	125	**125**	R$ 21,41	R$ 2.676,25
EXCLUSIVA ME E EPP	109	LAMÍNULAS 20X26CM.	UNIDADE	1.000	**1.000**	R$ 0,11	R$ 110,00
EXCLUSIVA ME E EPP	110	MICROTUBOS PARA CENTRIFUGAÇÃO – TIPO EPPENDORF, COM TAMPA. CAPACIDADE 2 ML.	PACOTE	50	**50**	R$ 0,10	R$ 5,00
EXCLUSIVA ME E EPP	111	PONTEIRAS TIPO UNIVERSAL DESCARTÁVEIS COM VOLUME DE ASPIRAÇÃO 200-1000 MICROLITROS, TIPO UNIVERSAL E AUTOCLAVÁVEIS E RESISTENTES À PRODUTOS QUÍMICOS. EMBALAGEM COM DADOS E IDENTIFICAÇÃO, COR AZUL. PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PACOTE	150	**150**	R$ 42,17	R$ 6.325,50
EXCLUSIVA ME E EPP	112	CUBAS DE VIDRO COM TAMPA TIPO MANTEGUEIRA. 17CM X 11CM X 7CM.	UNIDADE	12	**12**	R$ 132,88	R$ 1.594,56
EXCLUSIVA ME E EPP	113	LÂMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA 26 X 76MM, LAPIDADA. CAIXA COM 50UNIDADES.	UNIDADE	1.000	**1.000**	R$ 9,72	R$ 9.720,00
EXCLUSIVA ME E EPP	114	LAMÍNULAS 24X24MM.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 0,08	R$ 480,00
EXCLUSIVA ME E EPP	115	LAMÍNULAS 24X32MM	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 0,12	R$ 720,00
EXCLUSIVA ME E EPP	116	LAMÍNULAS 24X50MM	UNIDADE	20.000	**20.000**	R$ 0,13	R$ 2.600,00
EXCLUSIVA ME E EPP	117	PAPEL FILTRO QUALITATIVO, ENTRE 9 E 11 CM DE DIÂMETRO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. EMBALAGENS INDIVIDUAIS CONTENDO 100 UNIDADES CADA.	UNIDADE	100	**100**	R$ 13,77	R$ 1.377,00
EXCLUSIVA ME E EPP	118	TUBO DE ENSAIO EM VIDRO AUTOCLAVÁVEL, SEM ROSCA E SEM TAMPA. 12X75MM (5ML)	UNIDADE	1.500	**1.500**	R$ 0,32	R$ 480,00
EXCLUSIVA ME E EPP	119	TUBO DE ENSAIO PS 12X75MM, 5ML, ACRÍLICO, TAMPA PRESSÃO INTERNA BRANCA.	UNIDADE	8.000	**8.000**	R$ 0,27	R$ 2.160,00
LOTE 06 – CORANTES E REAGENTES PARA HEMATOLOGIA							
AMPLA CONCORRÊNCIA	120	SOLUÇÃO CORANTE UTILIZADA PARA CONTAGEM DE GLÓBULOS BRANCOS. FRASCO DE 500 ML.	FRASCO	2	**2**	R$ 29,23	R$ 58,46
EXCLUSIVA ME E EPP	121	AZUL DE CRESIL BRILHANTE. SOLUÇÃO CORANTE PARA CONTAGEM DE RETICULÓCITOS. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 100ML.	FRASCO	15	**15**	R$ 35,66	R$ 534,90

EXCLUSIVA ME E EPP	122	CESTOS EM INOX TIPO BERÇO COM CAPACIDADE PARA CORAR 40 LÂMINAS, COM MOLAS. DIMENSÕES (C X P X L): 12CM X 5CM X 6CM;	UNIDADE	20	**20**	R$ 274,31	R$ 5.486,20
EXCLUSIVA ME E EPP	123	PANÓTICO RÁPIDO. CORANTE PARA USO HEMATOLÓGICO. KIT CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	KIT	20	**20**	R$ 46,93	R$ 938,60
EXCLUSIVA ME E EPP	124	CORANTES DE MAY GRUNWALD GIEMSA. CORANTES DESTINADOS PRINCIPALMENTE A COLORAÇÃO DE CÉLULAS SANGUÍNEAS EM ESFREGAÇOS DE SANGUE PERIFÉRICO, MEDULA ÓSSEA OU ESTUDOS CITOLÓGICOS. KIT CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCÊDENCIA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. KIT DEVE CONTER OS CORANTES MAY GRUNWALD CORANTE HEMATOLOGICO E GIEMSA CORANTE HEMATOLOGICO.	KIT	15	**15**	R$ 55,44	R$ 831,60
LOTE 07 – REAGENTES QUÍMICOS GERAIS (ÁCIDOS, SAIS, SOLVENTES)							
AMPLA CONCORRÊNCIA	125	ÁCIDO CLORÍDRICO (PA)	LITRO	2	**2**	R$ 39,30	R$ 78,60
AMPLA CONCORRÊNCIA	126	ÁCIDO OXÁLICO 2H20 (COOH)2 2H2O - 500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 25,88	R$ 25,88
AMPLA CONCORRÊNCIA	127	ÁLCOOL METILICO (PA METANOL CH3OH)	LITRO	2	**2**	R$ 29,18	R$ 58,36
AMPLA CONCORRÊNCIA	128	AZUL DE METILENO (CO13771	LITRO	2	**2**	R$ 53,29	R$ 106,58
AMPLA CONCORRÊNCIA	129	BISSULFITO DE SÓDIO - 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 34,64	R$ 34,64
AMPLA CONCORRÊNCIA	130	EOSINA AMARELADA (CI 45380) C20H6BR4NA2O5 - 25 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 39,34	R$ 39,34
AMPLA CONCORRÊNCIA	131	FERROCIANETO DE POTÁSSIO (3H20) PA 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 152,79	R$ 152,79
AMPLA CONCORRÊNCIA	132	FLOXINA B - 25 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 168,82	R$ 168,82
AMPLA CONCORRÊNCIA	133	HEXAMETILENOTETRAMINA PA ACS (C6H12N4) - 500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 51,69	R$ 51,69
AMPLA CONCORRÊNCIA	134	HIDROXIDO DE POTÁSSIO -500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 37,56	R$ 37,56
AMPLA CONCORRÊNCIA	135	PERMANGANATO DE POTÁSSIO - PACOTE 500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 52,61	R$ 52,61
AMPLA CONCORRÊNCIA	136	TEREBENTINA, LIQUIDO INCOLOR, INFLAMÁVEL, ODOR CARACTERÍSTICO. FÓRMULA QUÍMICA C10H16 (ESSÊNCIA DE TEREBENTINA), NUMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 8006-64- 2	LITRO	1	**1**	R$ 100,12	R$ 100,12

AMPLA CONCORRÊNCIA	137	TETRABORATO DE SÓDIO 10H2O P.A. - PACOTE 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 28,27	R$ 28,27
AMPLA CONCORRÊNCIA	138	TIOSSULFATO DE SÓDIO (5H2O) P.A. - PACOTE 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 28,56	R$ 28,56
AMPLA CONCORRÊNCIA	139	ÁCIDO ACÉTICO PA GLACIAL.	LITRO	1	**1**	R$ 39,78	R$ 39,78
AMPLA CONCORRÊNCIA	140	CLORETO DE OURO HAUCL43H2O - 1 GRAMA	GRAMAS	1	**1**	R$ 1.129,61	R$ 1.129,61
AMPLA CONCORRÊNCIA	141	ÁCIDO FOSFOMOLIBDICO. FRASCO COM 25 GRAMAS	FRASCO	1	**1**	R$ 70,90	R$ 70,90
AMPLA CONCORRÊNCIA	142	SULFATO FÉRRICO AMÔNIA (ALUMEN DE FERRO) - PACOTE 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 53,00	R$ 53,00
AMPLA CONCORRÊNCIA	143	ÁCIDO FÓRMICO PA. OBS: 85%	LITRO	1	**1**	R$ 79,75	R$ 79,75
AMPLA CONCORRÊNCIA	144	ANIDRIDO CRÔMICO (ÓXIDO CROMO). FRASCO 25 GRAMAS.	FRASCO	1	**1**	R$ 44,72	R$ 44,72
AMPLA CONCORRÊNCIA	145	HIDRÓXIDO DE AMÔNIA PA	LITRO	1	**1**	R$ 46,50	R$ 46,50
EXCLUSIVA ME E EPP	146	FORMOL INIBIDO 37% 1000ML	FRASCO	150	**150**	R$ 22,60	R$ 3.390,00
EXCLUSIVA ME E EPP	147	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE, INDICADA PARA ENXAGUE DE VIDRARIAS E EQUIPAMENTOS, E ABASTECIMENTO DE AUTOCLAVE, GARRAFA DE 5 LITROS.	GALÃO	20	**20**	R$ 18,59	R$ 371,80
EXCLUSIVA ME E EPP	148	ÁLCOOL ETILICO 99,5% (ETANOL 99,5% ANIDRO)	LITRO	1.000	**1.000**	R$ 18,59	R$ 18.590,00
EXCLUSIVA ME E EPP	149	DETERGENTE ALCALINO PARA LIMPEZA DE VIDRARIAS. GALÃO COM 5 LITROS.	GALÃO	50	**50**	R$ 74,44	R$ 3.722,00
LOTE 08 – MATERIAIS E REAGENTES PARA HISTOPATOLOGIA/CITOLOGIA							
AMPLA CONCORRÊNCIA	150	REATIVO DE SCHIFF	LITRO	1	**1**	**R$ 309,68**	R$ 309,68
AMPLA CONCORRÊNCIA	151	AZUL DE ANILINA, FRASCO COM 25 GRAMAS	FRASCO	1	**1**	**R$ 129,40**	R$ 129,40
EXCLUSIVA ME E EPP	152	PARAFINA 140/145° GRANULADA LENTILHADA (25 QUILOS CADA).	UNIDADE	15	**15**	R$ 880,79	R$ 13.211,85
EXCLUSIVA ME E EPP	153	CORANTE EA 36	LITRO	18	**18**	**R$ 89,37**	R$ 1.608,66

EXCLUSIVA ME E EPP	154	HEMATOXILINA DE HARRIS CORANTE INTEGRANTE DO KIT PAPANICOLAU PARA COLORAÇÃO DE ESFREGAÇOS CITOLÓGICOS. FRASCO DE POLIETILENO ÂMBAR COM TAMPA DE ROSCA CONTENDO 500ML DO CORANTE FORMULADO COM HEMATOXILINA DE HARRIS A 0,5%, ALÚMEN POTÁSSICO A 10% E ÓXIDO DE MERCÚRIO A 0,25%.	FRASCO	30	**30**	**R$ 140,22**	R$ 4.206,60
EXCLUSIVA ME E EPP	155	ORANGE G	LITRO	24	**24**	**R$ 52,91**	R$ 1.269,84
EXCLUSIVA ME E EPP	156	CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO, COMPRIMENTO DE 280MM, LARGURA 95MM, ALTURA 86MM. SUPERFÍCIE EXTERNA LISA, 6 DIVISÕES INTERNAMENTE. COR BRANCA. APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE LÂMINAS HISTOLÓGICAS	CAIXA	200	**200**	**R$ 20,53**	R$ 4.106,00
EXCLUSIVA ME E EPP	157	CAIXAS DE ARQUIVO PARA BLOCOS DE PARAFINA (HISTOPATOLÓGICOS) TAMANHO 22,5CM X 21CM X 6CM COM CAPACIDADE PARA 130 BLOCOS/UNIDADES.	UNIDADE	1.000	**1.000**	**R$ 9,02**	R$ 9.020,00
EXCLUSIVA ME E EPP	158	CORANTE VERDE LUZ	GRAMAS	250	**250**	**R$ 6,84**	R$ 1.710,00
EXCLUSIVA ME E EPP	159	XILOL / XILENO CO62576%	LITRO	400	**400**	**R$ 37,66**	R$ 15.064,00
EXCLUSIVA ME E EPP	160	CASSETES PARA HISTOLOGIA	UNIDADE	10.000	**10.000**	**R$ 0,36**	R$ 3.600,00
EXCLUSIVA ME E EPP	161	TINTA NANKIN PROFISSIONAL, 20 ML, NAS CORES: AMARELO	UNIDADE	6	**6**	**R$ 9,07**	R$ 54,42
EXCLUSIVA ME E EPP	162	TINTA NANKIN PROFISSIONAL, 20 ML, NAS CORES: AZUL.	UNIDADE	24	**24**	**R$ 9,07**	R$ 217,68
EXCLUSIVA ME E EPP	163	TINTA NANKIN PROFISSIONAL, 20 ML, NAS CORES: VERDE.	UNIDADE	6	**6**	**R$ 9,07**	R$ 54,42
EXCLUSIVA ME E EPP	164	VERNIZ TRANSPARENTE, INCOLOR. TIPO VITRAL, COMPOSIÇÃO: RESINA ACRÍLICA HIDROXILADA, SOLVENTES E ADITIVOS. FRASCO 100ML.	FRASCO	90	**90**	**R$ 32,55**	R$ 2.929,50
EXCLUSIVA ME E EPP	165	NAVALHAS DE ALTO PERFIL	CAIXA	24	**24**	**R$ 725,25**	R$ 17.406,00
LOTE 09 – EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE PRECISÃO							
AMPLA CONCORRÊNCIA	166	MICROSCÓPIO ÓPTICO BINOCULAR, SISTEMA ÓPTICO CORRIGIDO AO INFINITO, COM JOGO DE OBJETIVAS ACROMÁTICAS OU PLANACROMÁTICAS NAS AMPLIAÇÕES DE 4X, 10X, 40X (RETRÁTIL) E 100X (RETRÁTIL, DE IMERSÃO EM ÓLEO), COM ABERTURAS NUMÉRICAS MÍNIMAS USUAIS DE MERCADO (PADRÃO DIN/ISO) PARA CADA AMPLIAÇÃO, ROSCA PADRÃO RMS; TUBO DE OBSERVAÇÃO BINOCULAR INCLINADO ENTRE 20° E 30°, COM AJUSTE DE DISTÂNCIA INTERPUPILAR COMPATÍVEL COM A FAIXA DE 48 A 75MM E AJUSTE DE DIOPTRIA EM AO MENOS UMA DAS OCULARES; CONDENSADOR TIPO ABBE OU EQUIVALENTE, COM ABERTURA NUMÉRICA MÍNIMA DE 1,25, DOTADO DE DIAFRAGMA ÍRIS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED DE BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO E BOA DURABILIDADE, COM CONTROLE DE INTENSIDADE LUMINOSA REGULÁVEL; PLATINA MECÂNICA COM MOVIMENTAÇÃO EM X E Y COMPATÍVEL COM LÂMINAS	UNIDADE	3	**3**	**R$ 8.974,26**	R$ 26.922,78

		PADRÃO DE 76 X 26MM; SISTEMA DE FOCO MACRO E MICROMÉTRICO COAXIAL; ESTRUTURA RECOMENDADA PARA USO EM AMBIENTES DE ELEVADA UMIDADE (TRATAMENTO ANTI-MOFO DESEJÁVEL). A COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA ÓPTICO E OS ACESSÓRIOS (OBJETIVAS E OCULARES) JÁ UTILIZADOS NO PARQUE DE MICROSCOPIA DO LABORATÓRIO CENTRAL DE CARUARU SERÁ CONSIDERADA CRITÉRIO DE PREFERÊNCIA, NÃO ELIMINATÓRIO. EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.					
AMPLA CONCORRÊNCIA	167	TERMOBLOCO (BANHO SECO) PARA AQUECIMENTO DE AMOSTRAS LABORATORIAIS, FAIXA DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL DESDE A TEMPERATURA AMBIENTE ATÉ, NO MÍNIMO, 150°C, CONTROLADOR DE TEMPERATURA MICROPROCESSADO TIPO PID COM DISPLAY DIGITAL, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 0,1°C, ACOMPANHADO DE, NO MÍNIMO, 2 (DOIS) BLOCOS DE AQUECIMENTO INTERCAMBIÁVEIS, COMPATÍVEIS COM DIFERENTES VOLUMES DE TUBOS (0,2 ML, 0,5 ML, 1,5/2 ML, 5 ML E 15 ML), POTÊNCIA APROXIMADA DE 300W, APARELHO BIVOLT (127/220V, 50/60HZ), COM ISOLAMENTO TÉRMICO E FUSÍVEL DE SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNIDADE	3	**3**	**R$ 3.705,01**	R$ 11.115,03
EXCLUSIVA ME E EPP	168	OBJETIVA MICROSCÓPICA DE AUMENTO 100X, TIPO ACROMÁTICA OU SUPERIOR, PARA UTILIZAÇÃO COM ÓLEO DE IMERSÃO, COMPATÍVEL COM MICROSCÓPIO BIOLÓGICO NIKON ECLIPSE E200. DEVE POSSUIR ROSCA PADRÃO RMS (ROYAL MICROSCOPICAL SOCIETY), DISTÂNCIA PARFOCAL COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO, CORREÇÃO ÓPTICA PARA MICROSCOPIA DE CAMPO CLARO, AMPLIAÇÃO DE 100 VEZES E ABERTURA NUMÉRICA MÍNIMA DE 1,25. FABRICADA COM SISTEMA ÓPTICO DE ALTA RESOLUÇÃO E TRATAMENTO ANTIRREFLEXO, PROPORCIONANDO EXCELENTE DEFINIÇÃO DE IMAGEM PARA ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS, HEMATOLÓGICAS, PARASITOLÓGICAS, CITOLÓGICAS E DEMAIS APLICAÇÕES LABORATORIAIS. PRODUTO NOVO, ORIGINAL OU COMPATÍVEL TECNICAMENTE COM O MODELO NIKON ECLIPSE E200, ACOMPANHADO DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNIDADE	8	**8**	R$ 404,20	R$ 3.233,60
EXCLUSIVA ME E EPP	169	CAIXA TÉRMICA PARA TRANSPORTE DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS, CAPACIDADE 6L LITROS, CONFECCIONADA EM MATERIAL RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TAMPA DE FECHAMENTO SEGURO E TERMÔMETRO DIGITAL INTEGRADO OU ACOPLADO COM VISOR EXTERNO PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TEMPERATURA, DESTINADA AO ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE SEGURO DE AMOSTRAS LABORATORIAIS.	UNIDADE	20	**20**	**R$ 276,00**	R$ 5.520,00

EXCLUSIVA ME E EPP	170	PIPETA AUTOMÁTICA COM VOLUME FIXO DE 500 MICROLITROS	UNIDADE	10	**10**	**R$ 128,75**	R$ 1.287,50
EXCLUSIVA ME E EPP	171	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO 6V, 20W.	UNIDADE	15	**15**	**R$ 36,87**	R$ 553,05
EXCLUSIVA ME E EPP	172	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME VARIÁVEL COM DISPENSADOR DE 10 A 100 MICROLITROS.	UNIDADE	10	**10**	**R$ 163,18**	R$ 1.631,80
EXCLUSIVA ME E EPP	173	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME VARIÁVEL COM DISPENSADOR DE 20 A 200 MICROLITROS	UNIDADE	10	**10**	**R$ 163,92**	R$ 1.639,20
EXCLUSIVA ME E EPP	174	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME VARIAVEL COM DISPENSADOR DE PONTEIRA DE 05 A 40 MICROLITROS.	UNIDADE	10	**10**	**R$ 164,39**	R$ 1.643,90
EXCLUSIVA ME E EPP	175	MICROPIPETA AUTOMÁTICA COM VOLUME VARIÁVEL ENTRE 0.5 E 1.0 MICROLITROS.	UNIDADE	20	**20**	**R$ 192,05**	R$ 3.841,00
EXCLUSIVA ME E EPP	176	TERMÔMETRO EM COLUNA DE VIDRO, COM APRESENTAÇÃO EM ESCALA GRAUS CELSIUS (ºC), COM ÁREA DE MEDIÇÃO DE 10 A 110ºC. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. APRESENTAÇÃO EM UNIDADE	UNIDADE	10	**10**	**R$ 82,37**	R$ 823,70
EXCLUSIVA ME E EPP	177	TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL COM CABO EXTENSOR E ESCALA EM GRAUS CELSIUS (ºC).	UNIDADE	10	**10**	**R$ 76,93**	R$ 769,30
EXCLUSIVA ME E EPP	178	ÓLEO DE IMERSÃO PARA MICROSCOPIA. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. FRASCO COM 100ML	FRASCO	20	**20**	**R$ 24,35**	R$ 487,00
EXCLUSIVA ME E EPP	179	CENTRÍFUGA DE BANCADA PARA TUBOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 8 (OITO) TUBOS DE 10 A 15 ML,E COM ADAPTADOR PARA TUBOS DE 4ML; ROTOR DE ÂNGULO FIXO, VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 4.000 RPM, PAINEL DE CONTROLE DIGITAL/MICROPROCESSADO COM TEMPORIZADOR (TIMER) REGULÁVEL, TAMPA DE SEGURANÇA COM SISTEMA DE TRAVA E BLOQUEIO AUTOMÁTICO DURANTE O FUNCIONAMENTO, APARELHO BIVOLT (110/220V). INDICADA PARA O PREPARO E PROCESSAMENTO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS (SEPARAÇÃO DE SORO/PLASMA) EM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNIDADE	5	**5**	**R$ 5.248,89**	R$ 26.244,45
LOTE 10 – TESTES RÁPIDOS							
EXCLUSIVA ME E EPP	180	BETA HCG –TESTE DE GRAVIDEZ EM FITAS – TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA NO SANGUE E NA URINA. CAIXA COM 50	KIT	150	**150**	R$ 38,22	R$ 5.733,00

EXCLUSIVA ME E EPP	181	TESTE PARA URINA: TIRAS TESTE PARA DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE 10 PARÂMETROS NA URINA, E UMA ÁREA DE COMPENSAÇÃO. PROPORCIONA AO CLÍNICO INFORMAÇÕES SOBRE PATOLOGIAS DO TRATO RENAL, BEM COMO SOBRE ALGUMAS MOLÉSTIAS- RENAIS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIRAS TESTE PARA A DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE DEZ PARÂMETROS NA URINA: UROBILINOGÊNIO, GLICOSE, CORPOS CETÔNICOS, BILIRRUBINA, PROTEÍNA, NITRILO, PH, SANGUE, DENSIDADE E LEUCÓCITOS. ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO: ARMAZENAR EM LOCAL LIMPO, SECO E PROTEGIDO DA LUZ DIRETA DO SOL ENTRE 15 A 30ºC. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100 TIRAS, 90 FRASCOS.	FRASCO	90	**90**	**R$ 36,47**	R$ 3.282,30
VALOR TOTAL (R$)..... R$							**R$ 1.284.144,45**

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Certame:

3.1.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame;

3.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido;

3.1.3. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

3.1.4. **O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;**

3.1.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no Art. 72, § 8º, V, da Lei nº. 9.605/1998;

3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei nº. 8.429/1992;

3.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no Art. 9º, §1º, da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.6. Entende-se por "participação indireta" a que alude o Art. 9º §1º, da Lei nº. 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

3.2.7. Empresa que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.8. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº. 14.133/2021;

3.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 quatorze) anos;

3.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

> 3.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.

3.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº. 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

> **a) Que não incorro nas condições do Art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021**;
> **b)** Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no Art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
> **c)** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas especificas, conforme Art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
> **d)** Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
> **e)** Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme Art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
> **f)** Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das

obrigações objeto da licitação, conforme o Art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
g) Para fins do disposto no inciso VI do Art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º. Da Constituição Federal/88;
h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 11º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal/88;
i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº. 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. (__) sim, ME; (__) sim, EPP; (__) não, outros enquadramentos;
j) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1° ao 3° do Art. 4°, da Lei n° 14.133/2021.

3.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

3.4.1. **A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na Lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada**.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas.

CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/ **UASG: 926809**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e

mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

5.1. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na LC nº. 123/2006 e demais alterações, deverá ser comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

I – Empresas optantes pelo Simples de Tributação:

a) Comprovação de opção pelo simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal: https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21

II – Empresas não optantes pelo Simples de Tributação:

a) Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 3º da LC 123/2006;
b) Cópia da Declaração de denominada ECF – Escrituração Contábil Fiscal, juntamente com seu respectivo recibo de entrega;
c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
d) Cópia do Contrato Social e suas alterações.

5.2. Os documentos relacionados no subitem 5.1 acima, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da instrução Normativa do DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio) nº. 103, publicada no D.O. (Diário Oficial) no dia 22 de maio de 2007.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006.

5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **Regularidade Fiscal**, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da LC 123/2006.

5.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.4 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei; sendo facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

5.6. Os documentos de comprovação da condição de beneficiária da Lei Complementar nº. 123/2006, quando apresentados pela licitante, deverá ser feito **junto com a que se refere o item 10 deste Edital**.

5.7. Os documentos apresentados acima não excluem a comprovação da **qualificação econômico-financeira**, excetuando-se o caso de pronta entrega.

Para empresas enquadradas no item **5.1, I** - poderá ser apresentado o **DEFIS**, para comprovação de **qualificação econômico-financeira**.

DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema com chave de acesso e senha, proposta de preços com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. A apresentação da proposta implicará em plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.3. Não será aceita a proposta que oferecer quantidade inferior a **100%** do que foi solicitado.

6.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.8.1. Prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

6.8.2. Preço unitário e total do item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, expresso em moeda corrente nacional (R$), **com até 4 (quatro) casas decimais**, considerando as quantidades constantes da planilha estimativa do presente Edital;

> 6.8.2.1. No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação.

6.8.3. ***Indicar o número desta licitação e conter o nome comercial da licitante, o CNPJ, o número de telefone, e-mail e o respectivo endereço ou Caixa Postal com CEP****;*

6.8.4. Ser emitida por processo mecânico, com identificação do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada e assinada e, ainda, rubricada em todas as folhas pelo proponente ou por seu representante legal;

6.8.5. Descrever detalhadamente todas as características do bem/produto/serviço ofertado, de acordo com as especificações contidas nos anexos deste Edital.

6.8.6. **Apresentar catálogos ou folder, quando couber.**

6.9. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.10. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

6.11. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

6.12. Não serão admitidas ofertas de produtos com especificação diferente do que foi solicitado.

ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo unitário do item.**

7.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo 1% (um por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "ABERTO"**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação/Pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.14.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível das licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e **reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação aos itens, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº. 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, quando for o caso.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60º da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará a licitante mais bem classificada que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas corridas**, envie a **proposta readequada (via sistema)** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, não sendo permitida a inclusão de documentos que deveriam constar já na fase de cadastramento de proposta/documentos de habilitação.

7.28.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

7.29. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.30. As propostas de preços contendo a descrição do objeto, do valor e dos eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

7.31. A comunicação entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.32. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do *certame* na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação/Pregoeiro em contrário.

7.33. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

7.34. Para o encaminhamento da proposta de preços dos materiais, objeto desta licitação, será exigido o preenchimento do campo **DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**, com as especificações do objeto de maneira que seja possível analisar a conformidade do objeto ofertado com as exigências do Edital.

DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do Art. 7º e no §9º do Art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

8.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº. 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. A qualquer momento poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24h (vinte e quatro)** horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no **prazo de 24h (vinte e quatro) horas corridas,** sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

8.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Art. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Agente de Contratação/Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas avaliando os preços obtidos para cada item e analisando o parecer técnico do solicitante sobre o(s) produto(s) oferecido(s), quando necessário.

9.2. O julgamento será efetuado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

9.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, o Agente de Contratação/Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.

DA HABILITAÇÃO

10.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante melhor classificado,** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.2. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de **24h (vinte e quatro)** corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

10.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.3.1. SICAF;

10.3.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);

10.3.3. Certidão Negativa de Contas Irregulares (https://spj.tce.pe.gov.br/spj-publico/#/certidao-negativa-contas-irregulares);

10.3.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei n°. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela

prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

10.3.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

10.3.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

10.3.7. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação;

10.3.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme o disposto nos Arts. 10 a 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018.

10.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.4.2. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

10.4.3. **O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme Art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019**.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para Habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão, salvo em casos de diligência conforme item 11 deste edital.

DA HABILITAÇÃO JURIDICA

10.9. Documento Constitutivo:

- Empresa Individual:
* Registro Comercial.

- Sociedades Empresárias em geral:
* Ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, a alteração social consolidada; devidamente registrados na Junta Comercial.

DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

10.10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.10.1. Fotocópia do CNPJ/MF atualizado;

10.10.2. Prova de Regularidade para com:

a. **O FGTS;**
b. **A Fazenda Federal;**
   b1. que deverá ser feita com a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Negativa de Dívidas Ativas da União.
   b2. que deve abranger a certidão previdenciária nos termos da Portaria MF 358 de 05/09/2014.
c. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (de acordo com Lei 12.440/2011), que poderá ser obtida através do endereço: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;
d. **A Fazenda Estadual** (da sede da licitante);
e. **A Fazenda Municipal** (da sede da licitante).

DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

10.11. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
(Informações conforme Termo de Referência no item 7.5):

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.11.1 - Comprovação de **Licença Sanitária** vigente, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL, quando cabível ao item em questão;

10.11.2 - Comprovação da **AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA, vigente, expedida pela Anvisa** – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, quando cabível ao item em questão;

10.11.3 - Comprovação do **REGISTRO, CADASTRAMENTO ou ISENÇÃO DE REGISTRO** do(s) produto(s) ofertado(s) na AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa, do Ministério da Saúde, conforme estabelece as Leis nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e 13.097 de 19 de janeiro de 2015, quando cabível ao item em questão;

10.11.4 - Apresentar **descrição detalhada dos itens**, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias;

10.11.5 - Apresentar **ficha técnica e/ou folder e/ou catálogos técnicos** ilustrativos e/ou documento similar compatível com a descrição detalhada da marca e/ou modelo de referência dos produtos cotados, que comprove as suas especificações, na língua portuguesa, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica, conforme Portaria MS/GM nº 1.818/1997.

DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.12.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica e / ou obtida eletronicamente nos sítios dos Tribunais de Justiça do Estado da sede da licitante, emitida há menos de **90 (noventa) dias da data designada no item 1.3,** e que esteja válida na data de abertura deste certame;

10.12.2. **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais ou SPED, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

a) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

b) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.12.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1,0 em qualquer dos índices referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

10.12.4. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso elas não contenham expressamente o prazo de validade, a **Administração** convenciona o prazo como sendo de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

DA HABILITAÇÃO - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

10.13. RELATIVOS AS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:

10.13.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de

acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

10.13.6. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III deste Edital**.

DAS DILIGÊNCIAS

11.1. É facultada ao Agente de Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da **proposta de preços ou documentação de habilitação**, **exceto documento comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta**, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

11.2. Os documentos solicitados, a título de diligências, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, deverão ser encaminhados através da opção "enviar anexo" do Sistema no site www.gov.br/compras/pt-br, ou enviada através de correspondência eletrônica no e-mail (ucsaudecaruaru@gmail.com), no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas corridas.

11.2.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

DAS AMOSTRAS

(Informações conforme Termo de Referência no item 4.3):

12.1 - As amostras - folder, amostra física ou catálogo técnico do item cotado - devem ser apresentadas, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da solicitação do agente de contratação, no sistema eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/ , para subsidiar o parecer técnico no julgamento da proposta do(s) licitante(s) provisoriamente vencedor(es) - atendendo ao disposto na Lei 14.133/2021, art. 17, § 3º c/c art. 41, inciso II e parágrafo único, art. 42, § 2º - sem ônus para a Administração;

12.2 - A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta do licitante provisoriamente vencedor, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante neste Termo de Referência e no respectivo Edital. Com a análise da amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá á necessidade da Secretaria de Saúde.

12.3 - A SMS estabelece como critério para a avaliação, confrontar os materiais cotados com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos.

12.4 - A amostra poderá ser aberta e manuseada, sendo devolvida a empresa licitante, se requerida, no estado em que se encontrar ao final da análise técnica efetuada pelo setor solicitante.

12.5 - A licitante que enviar a amostra e a mesma estiver em desacordo com as especificações ou apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado.

12.6 A amostra solicitada deverá ser entregue à Unidade de Contratação - Saúde (UC-SAÚDE) da Secretaria Municipal de Saúde, situada à **Av. Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru-PE,** telefones: (81)3101-0238 ou (81)3101-0239, no horário das 8:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta feira OU enviada através do endereço eletrônico ucsaudecaruaru@gmail.com

12.7 A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

DOS RECURSOS

13.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

13.2. O recorrente terá, a partir de então, **o prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.6. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.6.1. Nas hipóteses de **provimento de recurso** que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão

repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.6.2. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, §1º da LC nº. 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.6.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.6.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

13.6.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto licitado e homologará o procedimento licitatório.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou pedir esclarecimentos sobre este Edital.

15.2. As impugnações ou esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail ucsaudecaruaru@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: **Unidade de Contratação Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, Avenida Vera Cruz, 654 – 3º Andar, Bairro São Francisco Caruaru/PE – CEP: 55.008-000**.

15.3. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre os questionamentos no prazo de até **3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame**.

15.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado deste certame, o Município de Caruaru convocará a licitante vencedora, para assinatura da ARP/contrato, que se dará em até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal da licitante vencedora.

16.3. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar a ARP/contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-la, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses,** contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021

16.5. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.5.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

b) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

16.6. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados, conforme **Termo de Referência no item 10.1:**

NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: GESTORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: GERENTE DE ANÁLISE DE PROCESSOS MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
NOME: EDMAGDA DE BARROS PEREIRA CARGO/FUNÇÃO: Responsável Técnica do Laboratório Municipal MATRÍCULA: 56.291-0	FISCAL TITULAR
NOME: VINÍCIUS CAMPOS LIMA CARGO/FUNÇÃO: Assessor Técnico MATRÍCULA: 56.176-9	FISCAL SUPLENTE

16.6.1. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

16.6.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui

procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

16.7. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12 (doze) meses considerando o exercício financeiro nos termos do art.105, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, considerando a natureza continuada do objeto nos termos do art 106 da lei 14.133/2021, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

16.8. Para assinatura do Contrato a Adjudicatária deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMISSÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R$ 2.000,00	UFM* s 20
De R$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R$ 100.000,00	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

16.9. Do cancelamento da ata de registro de preço:

(**Conforme Termo de Referência no item 14**):

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretária Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

16.9.2. Da Extinção da Contratação:

16.9.2.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

I. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

II. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

16.9.2.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

I. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

16.9.2.3. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III. indenizações e multas.

16.10. Do reajuste e do reequilíbrio (**Conforme Termo de Referência no item 15**):

16.10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado na data de **22/09/2026**.

16.10.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais SERÃO reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.10.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.10.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a PRESTADORA/CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.10.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.10.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação do fornecedor/prestador contratado, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA SUBCONTRATAÇÃO E DOS CONSÓRCIOS

(Informações conforme Termo de Referência no item 5):

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

17.2. Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

17.3. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

17.3.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

17.3.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

17.3.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

18.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

(Informações conforme Termo de Referência no item 17):

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aq. de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Invidual Estado
Fonte de recurso	190	Emenda Invidual Federal
Fonte de recurso	124	Alienação de Bens
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

18.2. A presente contratação está em consonância com o planejamento estratégico e metas governamentais para o ano de 2026, conforme se observa na visão e objetivos estratégicos da Administração. Sendo assim, a demanda se encontra em alinhamento com as diretrizes de gestão da entidade, além de ter alinhamento com as peças orçamentárias.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

19.1. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

19.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

19.3. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

CAPÍTULO III
GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Art. 16. São atribuições do gestor do contrato, dentre outras:
I – Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;
II – manter registros formais do histórico de gerenciamento e execução do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
III – monitorar o prazo de vigência do instrumento contratual e solicitar tempestivamente à unidade competente as providências para a sua prorrogação ou para a instauração do processo de contratação, se pertinente, visando à celebração de um novo contrato;
IV – manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômicofinanceiro e extinção contratual;
V – instruir os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
VI – acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;
VII – acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
VIII – notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;

IX – ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual, mediante justificativa escrita;
X – tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
XI – tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;
XII – tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas;
XIII – elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; e
XIV – outras atividades compatíveis com a sua função, inclusive as previstas em regulamentos e instruções normativas expedidas pela Controladoria-Geral do Município.

(...)

Art. 18. São atribuições do fiscal de contrato, dentre outras:
I – conhecer o contrato sob sua responsabilidade, incluindo as diretrizes de execução previstas no termo de referência ou projeto básico e executivo, quando houver, e especificações contidas na proposta da contratada;
II – manter atualizado em sua unidade os registros dos contratos sob a sua fiscalização;
III – fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de fiscalização previsto em contrato;
IV – sempre que possível, e se o contrato assim o exigir, estar presente no local da execução;
V – apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;
VI – informar ao gestor do contrato imediatamente, por meio oficial, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
VII – comunicar imediatamente por meio oficial de notificação, ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VIII – comunicar ao gestor do contrato, por meio oficial de notificação, com antecedência mínima de 60 dias, do término do(s) contrato(s) sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
IX – nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas, mantendo armazenadas as consultas de regularidade previdenciárias e trabalhistas das empresas contratadas, devendo as mesmas serem realizadas até o 5º dia útil de cada mês, a fim de mitigar a culpa in vigilando;
X – explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;
XI – realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;
XII – avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;
XIII – recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e regulamentação municipal que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento,
conferí-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão de contratos;
XIV – determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;
XV – exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
XVI – propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
XVII – determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;
XVIII – registrar em livro próprio e/ou sistema próprio as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar a contratada acerca da(s) irregularidade(s), assinalando prazo para correção;
XIX – manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a

resolução de problemas na execução do contrato;
XX – manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;
XXI – verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;
XXII – requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XXIII – conferir as notas fiscais emitidas;
XXIV – receber provisoriamente o objeto do contrato;
XXV – comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contatada; e
XXVI – exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa, incluindo instruções normativas expedidas pela Controladoria-Geral aplicáveis à fiscalização contratual.
§ 1º Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.
§ 2º Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.

DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(Informações conforme Termo de Referência no item 6):

20.1. Dos Prazos para Execução

20.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

20.1.2. Caso não seja possível fornecer o(s) item(ns) na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

20.2. Local/Horário de Entrega

20.2.1. O local de entrega será o **Laboratório Central**, localizado no Complexo de Saúde Jacqueline Fernandes Costa, Rua Djalma Dutra, 215, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru – PE; Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 07h às 16h; Email: laboratoriocentralcaruaru22@hotmail.com Telefone: 81 3101-0372.

20.3. Das Condições de Entrega

20.3.1. Na entrega dos itens serão verificados:

I. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

II. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características,

qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

III. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);

IV. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

V. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;

VI. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;

VII. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

20.4. Da Substituição do Objeto

20.4.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratossmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br , acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

20.4.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

20.4.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

20.4.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

20.5. Da documentação necessária na entrega do objeto

20.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
c) A quantidade correspondente a cada lote.

20.6. Do Prazo de Validade dos Itens

20.6.1 Como já referido no *item 4.4.2.1, III* ***(DO TERMO DE REFERÊNCIA)***, no ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade mínimo não inferior a 12 (doze) meses, ou, alternativamente, correspondente a no mínimo 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados da data de recebimento.

20.7. Da Garantia dos Produtos

20.7.1 No âmbito da Administração Pública, a garantia e responsabilidade do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida regra geral da lei 14.133/2021 nos termos do seu art. 120, e subsidiariamente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo fornecedor/fabricante nos casos em que seu prazo seja superior;

20.7.2. No presente certame, como já referido no *item 4.4.2.1, IV*, ***(DO TERMO DE REFERÊNCIA)*** será dada especial atenção ao prazo de garantia estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o fornecedor responsabilizar-se pela substituição de itens entregues com avarias, defeitos, inconformidades, embalagens violadas, fora das especificações contratadas ou com validade incompatível com o exigido;

20.7.3. **Com relação aos equipamentos:** Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, com assistência técnica autorizada no território nacional

DO PAGAMENTO

(Informações conforme Termo de Referência no item 12):

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

21.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

21.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

21.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do

ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

21.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

21.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

21.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

21.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

21.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

21.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

21.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesma entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DAS PENALIDADES

(Informações conforme Termo de Referência no item 18)

22.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato;
II - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total da ARP/contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput,* sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
III - abandonar o certame;
IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo *de contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da ARP/contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
22.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
22.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

22.6. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

22.7. Da Advertência

22.7.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

22.8. Da Multa

22.8.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, na ARP/ contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a ARP/contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total da ARP/contrato;
b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;
II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

22.8.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

22.9. Do Impedimento de Licitar

22.9.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;
IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;
V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;
VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respetiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Secretaria de Saúde de Caruaru, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação.

23.11. O Fundo Municipal de Saúde, poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 71 da Lei nº. 14.133/2021.

23.12. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

23.13. Declarações que não puderem ser comprovadas durante a análise documental, estarão sujeitas às penalidades previstas na legislação pertinente.

23.14. Caso a licitante apresente na proposta comercial, dispositivos, acessórios, softwares além dos que foram solicitados no Edital, os mesmos deverão ser entregues devidamente habilitados, sem nenhum ônus para este Fundo Municipal de Saúde.

23.15. A cópia do Edital e seus Anexos serão disponibilizados nos sítios: https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/ ; www.saudecaruaru.pe.gov.br e https://www.gov.br/compras/pt-br/ **UASG: 926809**.

23.16 Quaisquer dúvidas existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Agente de Contratação/Pregoeiro, no endereço eletrônico ucsaudecaruaru@gmail.com, Unidade de Contratação da Secretaria de Saúde de Caruaru, localizada na Avenida Vera Cruz, 654, Bairro São Francisco, Caruaru-PE, CEP 55.008-000, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, as quais serão respondidas, igualmente por escrito. Demais informações poderão ser obtidas pelos telefones (081) 3101-0237, 3101-0238 e 3101-0239.

FORO

24.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desse processo de licitação será competente o foro da Comarca de Caruaru, não admitindo outra comarca por mais privilegiada que seja.

Caruaru/PE, 06 de outubro de 2026.

Arachele de Oliveira Lima Santos
Agente de Contratação/Pregoeiro

ANEXO I (EDITAL)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da Definição do Objeto

1.1.1. O presente termo de referência tem como objeto estabelecer os requisitos mínimos a serem atendidos no Registro de Preços na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos ditames do art. 6º, XLI da lei 14.133/2021, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP) nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto Municipal nº 034 eo 035, de 14 de março de 2024, para eventual e futura ***Aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais, necessários ao suporte de atividades e à liberação de laudos de exames nos LABCEN e no LACIAN***, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo dos itens, que constituem o ANEXO I deste Termo de Referência.

1.2. Da Classificação do Objeto

1.2.1. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 065 , de 29 de agosto de 2023.

1.2.2. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de *bens e serviços comuns*, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar correspondente.

1.1. Do Sistema de Registro de Preços

1.1.1. A presente contratação ocorrerá pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 035, de 14 de março de 2024, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência.

1.1.2. Da adoção do Sistema de Registro de Preços

1.3.2.1. O Sistema de Registro de Preços encontra-se amparado pela(s) hipótese(s) a seguir, de acordo com o **DECRETO Nº 035, DE 14 DE MARÇO DE 2024** - que *Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru* - mencionando em seu Art. 4º, incisos I e II:

> "Art. 4º O Sistema de Registro de Preços (SRP) será adotado, em especial, quando:
> I - Considerando-se as características do objeto, houver a necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
> II - For conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa"

1.1.3. Da Justificativa da Dispensa da Intenção de Registro de Preços (IRP):

1.3.3.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade possibilitar à Administração a divulgação de suas intenções de realizar licitação na modalidade Pregão, pelo sistema de Registro de Preços, permitindo a participação de outros órgãos governamentais interessados no mesmo objeto, otimizando recursos por meio de economia de escala.

1.3.3.2. Nos termos do § 1º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e do § 4º do art. 15 do Decreto Municipal nº 035/2024, é admitida a dispensa da IRP quando o órgão gerenciador for o único contratante ou quando o atendimento da demanda for incompatível com a tramitação do procedimento.

1.3.3.3. No presente certame, o objeto possui caráter de interesse exclusivo deste órgão gerenciador, atendendo a necessidades específicas que não se aplicam a outros órgãos ou entidades, por este motivo não houve divulgação da IRP.

1.3.3.4. A dispensa da IRP visa assegurar a eficiência, economicidade e celeridade no atendimento das necessidades específicas do órgão gerenciador, garantindo que o processo licitatório seja concluído de forma célere e adequada às peculiaridades do objeto.

1.3.3.5. Nada impede a posterior adesão a Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal nº 035/2024 em seu art. 17, IV:

> "Art. 17. Na tramitação do IRP, caberá ao órgão gerenciador:
> (...)
> IV - Deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP ou de quantitativos atualizados, desde que seja apresentada justificativa sobre o descumprimento dos prazos.".

1.4. Da Divisão por Cotas Prevista na Lei Complementar nº 123/2006

1.4.1. A presente licitação designará itens às seguintes cotas:

a) COTA PRINCIPAL COM AMPLA CONCORRÊNCIA, podendo participar todos os interessados que atendam aos requisitos do Termo de Referência;

b) COTA RESERVADA à participação de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 2014;

c) EXCLUSIVA de ME/EPP, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 2014;

1.4.1.1. Considera-se como "equiparadas" às micro e pequenas empresas: o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual - MEI, conforme determinam o art. 3º-A e art. 18-E da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, observadas as condições de participação estabelecidas neste Termo de Referência;

1.4.1.2. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado para ambas as cotas o menor dos preços obtidos na fase de lances.

1.4.2. Esta legislação tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social, incentivando a competitividade e a sustentabilidade dos pequenos negócios. Não havendo incidência de qualquer uma das hipóteses do art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Tal medida, amparada pela legislação vigente, reflete um compromisso com o crescimento equilibrado e a justiça social, contribuindo para um mercado mais dinâmico e inclusivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada a seguir:

2.1 O presente certame objetiva a futura e eventual Aquisição de insumos e equipamentos de laboratórios necessários ao suporte das atividades de liberação de laudos de exames do Laboratório Central da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru(LABCEN) e do Laboratório de Cito e Anatomopatologia de Caruaru (LACIAN), conforme demanda estimada para atendimento das necessidades do serviço pelo período de 12 meses.

2.2 O Laboratório Central apresenta elevada capacidade operacional, realizando, em média, *100.000 testes e exames laboratoriais por mês*, quantitativo que, embora não corresponda diretamente à demanda específica desta contratação, evidencia a dimensão, complexidade e relevância da estrutura laboratorial para o funcionamento da rede municipal.

2.3 No LACIAN (Laboratório de Cito e Anatomopatologia) de Caruaru, a média mensal de exames realizados é dividida da seguinte forma:

- ✓ Citologia Cervicovaginal (Preventivo): Média de 1.500 a 2.000 exames por mês.
- ✓ Histologia / Anatomopatológico (Biópsias): Média de 200 exames por mês (sendo 98% deles referentes a peças cirúrgicas).
- ✓ Citologia Geral: Média de 50 exames por mês.

2.4 A presente solicitação decorre da identificação de itens com estoque insuficiente ou em situação de iminente desabastecimento, cuja reposição é imprescindível para a manutenção das atividades laboratoriais. Considerando a natureza essencial e o consumo contínuo desses insumos, faz-se necessária a aquisição regular pelo período de 12 (doze) meses, de modo a assegurar o planejamento adequado das contratações, e a continuidade do abastecimento institucional.

2.5 A indisponibilidade desses insumos compromete diretamente a execução dos exames laboratoriais ofertados pela rede municipal, podendo ocasionar suspensão de coletas, redução da capacidade operacional do laboratório, aumento do tempo de espera para realização de exames, prejuízo ao acompanhamento clínico dos pacientes e impactos negativos na assistência prestada à população.

2.6 Destaca-se que os materiais solicitados possuem caráter essencial e de consumo contínuo, sendo utilizados diariamente em elevada escala operacional, acompanhando a demanda assistencial da rede municipal de saúde ao longo de todo o período contratual.

2.7 Com relação aos equipamentos, há necessidade de aquisição de alguns novos - que os laboratórios não dispõem - mas em alguns casos, há necessidade de substituição dos atualmente existentes, que apresentam desgaste habitual, devido à alta taxa de utilização dos mesmos.

2.8 A presente aquisição visa garantir a continuidade dos serviços laboratoriais, a segurança dos processos de trabalho, a qualidade analítica dos exames realizados e o cumprimento dos princípios da integralidade, universalidade e continuidade da assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

2.9 Dessa forma, a presente solicitação possui caráter essencial e estratégico, visando assegurar a continuidade da prestação dos serviços diagnósticos laboratoriais da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru pelo período estimado de 12 (doze) meses, evitando desabastecimento, aquisições emergenciais e prejuízos à assistência prestada aos usuários da rede pública municipal de saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução que melhor atende aos interesses da administração pública, é a ***Aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais, necessários ao suporte de atividades e à liberação de laudos de exames nos LABCEN e no LACIAN***, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, através de *novo Registro de Preços*, na modalidade de *PREGÃO ELETRÔNICO*, nos ditames do art. 6º,

XLI da lei 14.133/2021, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP) nos termos dos artigos 82 a 86 da Lei n.º 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto Municipal nº 034 eo 035, de 14 de março de 2024;

3.2 A aquisição dos itens em epígrafe é importante *para não haver retardo dos exames* ofertados pelo Laboratório Central da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru(LABCEN) e pelo Laboratório de Cito e Anatomopatologia de Caruaru (LACIAN), com consequente prejuízo dos munícipes

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. A presente *aquisição* não possui relevantes impactos ambientais, tendo em vista que os impactos socioambientais gerados pelos insumos e equipamentos de laboratório durante seu *uso e descarte*; contudo tais impactos podem ser minimizados, se forem adotadas algumas práticas, observando os seguintes requisitos ambientais:

I. Será recomendado ao FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, conforme previsão neste instrumento, que deverão ser adotadas práticas de sustentabilidade no fornecimento de bens, mediante orientações constantes no art. 5° da IN/SLTI/MPOG n°01/2010 (Compras Sustentáveis), tais como:

Ia. que os itens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

Ib. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, e;

Ic. que os itens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Id. que os itens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS *(Restriction of Certain Hazardous Substances)*, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), e éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos :

4.2.1. Não há exigências de marca(s) para os itens a serem adquiridos neste certame, contanto que sejam cumpridas as especificações presentes na descrição dos mesmos, que podem ser apreciadas no ANEXO I deste Termo de Referência.

4.3. Da Solicitação de Amostras

4.3.1 As amostras - folder, amostra física ou catálogo técnico do item cotado - devem ser apresentadas, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da solicitação do agente de contratação, no sistema eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/ , para subsidiar o parecer técnico no julgamento da proposta do(s) licitante(s) provisoriamente vencedor(es) - atendendo ao disposto na Lei 14.133/2021, art. 17, § 3º c/c art. 41, inciso II e parágrafo único, art. 42, § 2º - sem ônus para a Administração;

4.3.2 A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta do licitante provisoriamente vencedor, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante neste Termo de Referência e no respectivo Edital. Com a análise da amostra, pretende-se reduzir

riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá á necessidade da Secretaria de Saúde.

4.3.3 A SMS estabelece como critério para a avaliação, confrontar os materiais cotados com as especificações estabelecidas no ato convocatório da licitação, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos produtos.

4.3.4 A amostra poderá ser aberta e manuseada, sendo devolvida a empresa licitante, se requerida, no estado em que se encontrar ao final da análise técnica efetuada pelo setor solicitante.

4.3.5 A licitante que enviar a amostra e a mesma estiver em desacordo com as especificações ou apresentar problema de funcionamento durante a referida análise terá o item imediatamente desclassificado.

4.3.6 A amostra solicitada deverá ser entregue à Unidade de Contratação - Saúde (UC-SAÚDE) da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Av. Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru-PE, telefones: (81)3101-0238 ou (81)3101-0239, no horário das 8:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta feira OU enviada através do endereço eletrônico ucsaudecaruaru@gmail.com

4.3.7 A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

4.4. Dos Requisitos Específicos:

4.4.1. REQUISITOS LEGAIS

I. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
II. Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, previstas no art. 55, IV.
III. DECRETO Nº 058, DE 09 DE MAIO DE 2024, que *Regulamenta a aplicação e implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),* no âmbito do Poder Executivo Municipal de Caruaru/PE
IV. Lei 10.406/2002 – Código Civil.

4.4.2. REQUISITOS TÉCNICOS

4.4.2.1. Atendimento às Especificações Técnicas Mínimas:

I. Os materiais fornecidos deverão ser novos, sem uso, acondicionados adequadamente, em embalagem íntegra e original do fabricante, garantindo proteção contra danos durante transporte, armazenamento e manuseio.
II. Devem atender às especificações técnicas exigidas, apresentando características compatíveis com o uso laboratorial, incluindo esterilidade, vedação adequada, integridade física, identificação no rótulo, lote, data de fabricação, validade e registro regular junto aos órgãos competentes, quando aplicável.
III. No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade mínimo não inferior a 12 (doze) meses, ou, alternativamente, correspondente a no mínimo 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados da data de recebimento.
IV. O prazo de garantia dos produtos será aquele estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o fornecedor responsabilizar-se pela substituição de itens entregues com avarias, defeitos, inconformidades, embalagens violadas, fora das especificações contratadas ou com validade incompatível com o exigido.

V. Serão observados, para fins de recebimento e aceitabilidade dos materiais, os seguintes critérios mínimos:
   a. conformidade entre as especificações técnicas exigidas e o material entregue;
   b. integridade física dos tubos, tampas e embalagens;
   c. compatibilidade do material com os procedimentos de coleta e processamento laboratorial adotados pela rede municipal;
   d. conferência das informações obrigatórias no rótulo, incluindo lote, validade e fabricante.

VI. Os materiais deverão atender às exigências sanitárias vigentes, observando as normativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), especialmente aquelas aplicáveis a produtos para diagnóstico in vitro e materiais utilizados em laboratórios clínicos, bem como normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), quando aplicáveis, assegurando qualidade, segurança e desempenho adequado ao uso pretendido, sendo indispensável para a manutenção do processamento dos exames laboratoriais e da assistência à população usuária do Sistema Único de Saúde no município de Caruaru/PE.;

VII. **Com relação aos equipamentos:** i.Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, com assistência técnica autorizada no território nacional; ii. Disponibilização de manuais técnicos em língua portuguesa, impressos e/ou digitais, contendo instruções de instalação, uso e manutenção; iii. Treinamento e capacitação dos profissionais designados para a operação e manuseio dos equipamentos, quando necessário ao pleno funcionamento do equipamento; iv. Entrega dos equipamentos nos prazos estabelecidos em edital, com responsabilidade do fornecedor pelo transporte, instalação e funcionamento inicial; Suporte técnico para manutenção corretiva, durante o período de garantia sem ônus para a administração pública.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

5.2.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

5.2.2. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

5.2.3. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Do Prazo de Entrega

6.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

6.1.2. Caso não seja possível fornecer o(s) item(ns) na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo

menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Local/Horário de Entrega

6.2.1. O local de entrega será o Laboratório Central, localizado no Complexo de Saúde Jacqueline Fernandes Costa, Rua Djalma Dutra, 215, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru – PE; Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 07h às 16h; Email: laboratoriocentralcaruaru22@hotmail.com Telefone: 81 3101-0372.

6.3. Das Condições de Entrega

6.3.1. Na entrega dos itens serão verificados:

I. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

II. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

III. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);

IV. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

V. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;

VI. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;

VII. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

6.4. Da Substituição do Objeto

6.4.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratossmscaruaru@gmail.com e/ou

gdc@saudecaruaru.pe.gov.br , acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

6.4.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

6.4.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

6.4.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

6.5. Da documentação necessária na entrega do objeto

6.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

d) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
e) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
f) A quantidade correspondente a cada lote.

6.6. Do Prazo de Validade dos Itens

Como já referido no *item 4.4.2.1, III* , no ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade mínimo não inferior a 12 (doze) meses, ou, alternativamente, correspondente a no mínimo 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados da data de recebimento.

6.6. Da Garantia dos Produtos

6.6.1 No âmbito da Administração Pública, a garantia e responsabilidade do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida regra geral da lei 14.133/2021 nos termos do seu art. 120, e subsidiariamente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo fornecedor/fabricante nos casos em que seu prazo seja superior;

6.6.2. No presente certame, como já referido no *item 4.4.2.1, IV*, será dada especial atenção ao prazo de garantia estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o fornecedor responsabilizar-se pela substituição de itens entregues com avarias, defeitos, inconformidades, embalagens violadas, fora das especificações contratadas ou com validade incompatível com o exigido;

6.6.3. **Com relação aos equipamentos:** Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, com assistência técnica autorizada no território nacional

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM - Em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, no que se refere ao Critério de Julgamento, nos termos do art. 33, I da lei 14.133/21 - com o escopo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo em relação aos itens deste instrumento, nesse sentido a Súmula Nº 247 do Tribunal de Contas da União.

7.2. Regime de execução

7.2.1 O regime de execução do registro de preços será PREÇO UNITÁRIO.

7.3. **Forma de fornecimento**

7.3.1. O Fornecimento do objeto desta contratação ocorrerá PARCELADAMENTE.

7.3.2. O objeto da ARP/Contrato, trata da aquisição de insumos e equipamentos de laboratório - objeto divisível - sendo assim o PARCELAMENTO do objeto se aplica, no caso em tela configura-se a melhor forma de aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, além de ser técnica e economicamente viável.

7.3.3. Para fins de categorização, os itens foram agrupados em lotes, mas a adjudicação ocorrerá por item.

7.4. Modo de Disputa

7.4.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em atendimento ao art. 15, inciso XIII, do Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, tendo em vista que *"Envolve a apresentação de lances públicos e sucessivos"*, conforme art. 56, I da lei 14.133/21.

7.5. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Comprovação de Licença Sanitária vigente, expedida pelo ÓRGÃO SANITÁRIO ESTADUAL ou MUNICIPAL, quando cabível ao item em questão;
II. Comprovação da AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA, vigente, expedida pela Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS, quando cabível ao item em questão;
III. Comprovação do REGISTRO, CADASTRAMENTO ou ISENÇÃO DE REGISTRO do(s) produto(s) ofertado(s) na AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Anvisa, do Ministério da Saúde, conforme estabelece as Leis nº 6.360 de 23 de setembro de 1976 e 13.097 de 19 de janeiro de 2015, quando cabível ao item em questão;
IV. Apresentar descrição detalhada dos itens, constando a marca e o fabricante, de maneira a demonstrar o completo atendimento às características editalícias;
V. Apresentar ficha técnica e/ou folder e/ou catálogos técnicos ilustrativos e/ou documento similar compatível com a descrição detalhada da marca e/ou modelo de referência dos produtos cotados, que comprove as suas especificações, na língua portuguesa, de forma a propiciar o julgamento da proposta técnica, conforme Portaria MS/GM nº 1.818/1997.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

8.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

8.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

8.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

8.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

8.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade (quando aplicável ao item) e conforme garantia;

8.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;

8.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.9. Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas),** os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;

8.10. Comunicar a Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

8.11. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;

8.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;

8.13. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

8.13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 083, de 29 de julho de 2025, mantendo a regularidade dessas condições durante toda a vigência do contrato e apresentando à Administração, sempre que solicitado, a documentação comprobatória de seu cumprimento;

8.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;

8.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

8.16. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail) ou outros dados;

8.17. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E/OU CONTRATANTE

9.1. Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

9.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

9.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

9.4. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;

9.5. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

9.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

9.7. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

9.8. Os quantitativos totais expressos neste termo de referência são estimativas e representam as previsões para as compras durante o prazo de **12 (doze) meses.**

10. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E GESTÃO DA ARP/CONTRATO

10.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores a seguir designados:

NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: GESTORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: GERENTE DE ANÁLISE DE PROCESSOS MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
NOME: EDMAGDA DE BARROS PEREIRA CARGO/FUNÇÃO: Responsável Técnica do Laboratório Municipal MATRÍCULA: 56.291-0	FISCAL TITULAR

NOME: VINÍCIUS CAMPOS LIMA CARGO/FUNÇÃO: Assessor Técnico MATRÍCULA: 56.176-9	FISCAL SUPLENTE

10.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

10.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

10.4. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado para os itens relacionados nesse Termo de Referência é de: **R$ 1.284.144,45** ***(um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais, e quarenta e cinco centavos)***., conforme custos unitários apostos em planilha constante no ANEXO I, deste Termo de Referência.

11.2. A estimativa do valor da contratação será acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado com base nos parâmetros da IN n°65/2021 e na metodologia constante no DECRETO MUNICIPAL Nº 080, DE 05 DE OUTUBRO DE 2023, que regulamentou o § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento administrativo de definição do valor estimado para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Caruaru.

12. DO PAGAMENTO

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

12.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal**,** Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

12.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

12.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

12.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

12.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

12.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

12.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

12.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

12.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

12.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesma entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

13. DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATAÇÃO

13.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não vincula eventuais contratos que dela decorram, cujas vigências serão estabelecidas em conformidade com as disposições do Título III, Capítulo V, da Lei Federal nº 14.133/2021

13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o FORNECEDOR REGISTRADO e/ou CONTRATADO;

b) demonstração de que o valor registrado em Ata e/ou da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse do FORNECEDOR REGISTRADO e/ou contratado na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

13.2. **Na ocorrência de formalização de contrato**, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12 (doze) meses considerando o exercício financeiro nos termos do art.105, podendo ser prorrogado - considerando a natureza continuada do objeto - nos termos do art 106 da lei 14.133/2021, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

13.3. O término do prazo de vigência da contratação não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE FORNECEDOR / DA EXTINÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

II - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

V - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretária Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

14.2. Na hipótese da transformação de ata em contrato, o Termo de Contrato poderá ser extinto:

14.2.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.2.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

14.3. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. O FORNECEDOR REGISTRADO reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de qualquer tipo de infração prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
i. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
ii. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
iii. indenizações e multas.

15.DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

15.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, neste caso, **22/09/2026**.

15.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados - conforme previsto no Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 - mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

16.DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicado a seguir:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aquisição de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Invidual Estado
Fonte de recurso	190	Emenda Invidual Federal
Fonte de recurso	124	Alienação de Bens
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato;
II - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total da ARP/contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da contratação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput,* sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
III - abandonar o certame;
IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo *de contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da ARP/contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *contratação* ou da execução contratual.

18.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

18.6. Da Advertência

18.6.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

18.7. Da Multa

18.7.1.A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, na ARP/contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar a ARP/contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
b) der causa à inexecução parcial da ARP/contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do a ARP/contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ARP/contrato;
c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP/contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;
II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

18.8. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

19.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão e nos termos da legislação pertinente.

19.2. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

19.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que a dele advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao benefício do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

19.5. Fazem parte deste Termo de Referência:

ANEXO I	Descrição dos itens e quantidades máximas da contratação

Caruaru, 05 de outubro de 2026.

Pollyane Costa Siqueira
SMS / Secretaria Executiva de Regulação e Atençã Especializada

Leticia Marianne Rodrigues Silva
SMS / Gerência Geral de Gestão

ANEXO I - DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES MÁXIMAS DA CONTRATAÇÃO

COTAS	ITEM	DESCRIÇÃO	APRES	MAC	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL (R$)
LOTE 01 – REAGENTES E KITS PARA SOROLOGIA/IMUNOLOGIA E BIOQUÍMICA							
PRINCIPAL	1	SOLUÇÃO DE GLICOSE ANIDRA, AROMATIZADA E SABORIZADA (LIMÃO) PRONTO USO, PARA REALIZAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA. FRASCO COM 75G/300ML. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE	FRASCO	16.500	**16.500**	R$ 7,98	R$ 131.670,00
RESERVADA	2	SOLUÇÃO DE GLICOSE ANIDRA, AROMATIZADA E SABORIZADA (LIMÃO) PRONTO USO, PARA REALIZAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA. FRASCO COM 75G/300ML. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE	FRASCO	5.500	**5.500**	R$ 7,98	R$ 43.890,00
EXCLUSIVA ME E EPP	3	KIT PARA PESQUISA DE ANTIESTREPTOLISINA O EM AMOSTRAS DE SORO, USANDO-SE PARTÍCULAS DE LÁTEX REVESTIDAS COM ESTREPTOLISINA O POR AGLUTINAÇÃO INDIRETA. MÍNIMO DE 100 TESTES. COM SORO CONTROLE.	KIT	220	**220**	R$ 63,78	R$ 14.031,60
EXCLUSIVA ME E EPP	4	KIT PARA PESQUISA DE FATOR REUMATÓIDE (FR) EM AMOSTRAS DE SORO, USANDO-SE PARTÍCULAS DE LÁTEX REVESTIDAS COM IGG HUMANA POR AGLUTINAÇÃO INDIRETA. MÍNIMO DE 100 TESTES. COM SORO CONTROLE.	KIT	270	**270**	R$ 46,20	R$ 12.474,00
EXCLUSIVA ME E EPP	5	ANTÍGENO PARA VDRL. REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS NO SORO OU PLASMA POR FLOCULAÇÃO COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 100ML	KIT	180	180	R$ 56,55	R$ 10.179,00
EXCLUSIVA ME E EPP	6	SORO DE COOMBS – REAGENTE CONTENDO SORO ANTI-IGG, DESTINADO A PESQUISA DE ANTICORPOS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. APRESENTAÇÃO EM FRASCOS COM 10ML	FRASCO	62	**62**	R$ 46,98	R$ 2.912,76
EXCLUSIVA ME E EPP	7	ALBUMINA BOVINA A 22%, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO. VALIDADE MINIMA DE UM ANO. FRASCO COM 10ML.	FRASCO	50	**50**	R$ 36,54	R$ 1.827,00
EXCLUSIVA ME E EPP	8	SORO ANTI-A MONOCLONAL PARA TIPAGEM SANGUÍNEA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 10ML.	FRASCO 10ML	40	**40**	R$ 26,77	R$ 1.070,80
EXCLUSIVA ME E EPP	9	SORO ANTI-HUMANO ANTI-IGG, C3D – POLIESPECÍFICO. PARA TESTES ANTIGLOBULINA DIRETO E INDIRETO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE. APRESENTAÇÃO EM FRASCOS COM 10ML	FRASCO	30	**30**	R$ 40,31	R$ 1.209,30
EXCLUSIVA ME E EPP	10	ANTÍGENO PARA VDRL. REAGENTE PARA DETECÇÃO DE ANTICORPOS NO SORO OU PLASMA POR FLOCULAÇÃO COM CONTROLES POSITIVO E NEGATIVO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. APRESENTAÇÃO EM FRASCOS COM, NO MÍNIMO, 5ML.	KIT	300	300	R$ 46,47	R$ 13.941,00

EXCLUSIVA ME E EPP	11	SORO ANTI-B MONOCLONAL PARA TIPAGEM SANGUÍNEA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	FRASCO	40	40	R$ 26,06	R$ 1.042,40
EXCLUSIVA ME E EPP	12	SORO ANTI-D MONOCLONAL PARA TIPAGEM SANGUÍNEA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE	FRASCO	40	**40**	R$ 44,34	R$ 1.773,60
EXCLUSIVA ME E EPP	13	SORO CONTROLE RH (MONOCLONAL). EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	FRASCO	35	**35**	R$ 28,55	R$ 999,25
LOTE 02 – MEIOS DE CULTURA E REAGENTES DE MICROBIOLOGIA/BACTERIOLOGIA							
AMPLA CONCORRÊNCIA	14	CORANTE CRISTAL VIOLETA. FRASCO COM 25 GRAMAS.	FRASCO	1	**1**	R$ 25,90	R$ 25,90
AMPLA CONCORRÊNCIA	15	CORANTE DE FUCSINA FENICADA DE ZIEHL. FRASCO COM 1.000 ML.	FRASCO	1	**1**	R$ 59,03	R$ 59,03
EXCLUSIVA ME E EPP	16	MEIO AGAR SABOURAUD COM CLORAFENICOL, PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM.	UNIDADE	1.460	**1.460**	R$ 7,14	R$ 10.424,40
EXCLUSIVA ME E EPP	17	MEIO DE CULTURA ÁGAR TEAGUE/EMB, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM.	UNIDADE	5.400	**5.400**	R$ 8,36	R$ 45.144,00
EXCLUSIVA ME E EPP	18	MEIO DE CULTURA ÁGAR MANITOL SAL, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM	UNIDADE	1.640	**1.640**	R$ 7,66	R$ 12.562,40
EXCLUSIVA ME E EPP	19	MEIO AGAR SANGUE CARNEIRO 5%, PRONTO PARA USO, PLACA DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	4.200	**4.200**	R$ 8,08	R$ 33.936,00
EXCLUSIVA ME E EPP	20	MEIO DE CULTURA ÁGAR CROMOGÊNICO, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM.	UNIDADE	5.000	**5.000**	R$ 8,14	R$ 40.700,00
EXCLUSIVA ME E EPP	21	MEIO AGAR THAYER MARTIN PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	1.400	**1.400**	R$ 8,35	R$ 11.690,00
EXCLUSIVA ME E EPP	22	MEIO DE CULTURA ÁGAR CLED, APRESENTAÇÃO: SÓLIDO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: PLACA 90MM.	UNIDADE	3.400	**3.400**	R$ 5,18	R$ 17.612,00
EXCLUSIVA ME E EPP	23	COLORAÇÃO DE ZIEHL-NEELSEN PARA BACILOSCOPIA DE HANSENÍASE (FUCSINA FILTRADA, ÁLCOOL-ÁCIDO A 1% E AZUL DE METILENO A 0,3%)	LITRO	30	**30**	R$ 59,98	R$ 1.799,40
EXCLUSIVA ME E EPP	24	MEIO DE CULTURA CALDO BHI, APRESENTAÇÃO LÍQUIDO, ADITIVOS NACL 6,5%. TUBO 13X100MM	UNIDADE	180	**180**	R$ 5,83	R$ 1.049,40
EXCLUSIVA ME E EPP	25	CALDO BHI EM TUBO, PRONTO USO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E DATA DE VALIDADE.	UNIDADE	600	**600**	R$ 4,29	R$ 2.574,00

EXCLUSIVA ME E EPP	26	FITAS PARA DETERMINAÇÃO DE OXIDASE, EMBALAGEM COM 10 FITAS QUE PERMITEM A DETECÇÃO IMEDIATA DA ENZIMA OXIDASE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	FRASCO	10	**10**	R$ 39,38	R$ 393,80
EXCLUSIVA ME E EPP	27	MEIO AGAR BILE ESCULINA, PRONTO PARA USO, TUBO 13X100 MM APROXIMADAMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	600	**600**	R$ 4,32	R$ 2.592,00
EXCLUSIVA ME E EPP	28	MEIO AGAR CITRATO, PRONTO PARA USO, TUBO 13X100 MM APROXIMADAMENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	5.000	**5.000**	R$ 4,04	R$ 20.200,00
EXCLUSIVA ME E EPP	29	MEIO AGAR MAC CONCKEY PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90 MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 4,77	R$ 28.620,00
EXCLUSIVA ME E EPP	30	MEIO AGAR MULLER HINTON, PRONTO PARA USO, PLACAS DE 90MM, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL, INDELÉVEL, COM NOME DO MEIO DE CULTURA, LOTE, DATA DE VALIDADE, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 4,86	R$ 29.160,00
EXCLUSIVA ME E EPP	31	ALCOOL ACETONA GRAM 500 ML	LITRO	10	**10**	R$ 27,54	R$ 275,40
EXCLUSIVA ME E EPP	32	COLORAÇÃO PARA GRAM KIT CONTENDO 04 REAGENTES: VIOLETA DE GRAM, ÁLCOOL ÁCIDO, LUGOL E FUSCINA. KIT CONTENDO IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	KIT	20	**20**	R$ 79,03	R$ 1.580,60
EXCLUSIVA ME E EPP	33	REAGENTE DE KOVACS PARA DETECÇÃO DE INDOL. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. FRASCO COM 10 ML.	FRASCO	15	**15**	R$ 25,50	R$ 382,50
LOTE 03 – DISCOS E FITAS PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE)							
EXCLUSIVA ME E EPP	34	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE GENTAMICINA. DOSAGEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	25	**25**	R$ 18,00	R$ 450,00
EXCLUSIVA ME E EPP	35	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE PENICILINA, DOSAGEM 1 U. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE, FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	20	**20**	R$ 16,18	R$ 323,60
EXCLUSIVA ME E EPP	36	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE PENICILINA. DOSAGEM 10U. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 17,02	R$ 170,20

EXCLUSIVA ME E EPP	37	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ERITROMICINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 17,11	R$ 205,32
EXCLUSIVA ME E EPP	38	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ÁCIDO CLAVULÂNICO + AMOXICILINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	55	**55**	R$ 16,39	R$ 901,45
EXCLUSIVA ME E EPP	39	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ÁCIDO NALIDÍXICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	6	**6**	R$ 16,82	R$ 100,92
EXCLUSIVA ME E EPP	40	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AMICACINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 21,84	R$ 262,08
EXCLUSIVA ME E EPP	41	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AMPICILINA. DOSAGEM DE 10 µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	55	**55**	R$ 18,60	R$ 1.023,00
EXCLUSIVA ME E EPP	42	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AMPICILINA. DOSAGEM DE 2 µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 18,55	R$ 222,60
EXCLUSIVA ME E EPP	43	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AZITROMICINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 19,24	R$ 192,40
EXCLUSIVA ME E EPP	44	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE AZTREONAN. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	6	**6**	R$ 19,59	R$ 117,54
EXCLUSIVA ME E EPP	45	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFALEXINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	55	**55**	R$ 18,77	R$ 1.032,35
EXCLUSIVA ME E EPP	46	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFALOTINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	30	**30**	R$ 19,64	R$ 589,20
EXCLUSIVA ME E EPP	47	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFEPIME. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 19,47	R$ 116,82

EXCLUSIVA ME E EPP	48	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFOTAXIMA. DOSAGEM 30µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	5	**5**	R$ 19,99	R$ 99,95
EXCLUSIVA ME E EPP	49	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFOTAXIMA. DOSAGEM 5µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	5	**5**	R$ 18,93	R$ 94,65
EXCLUSIVA ME E EPP	50	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFOXITINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 19,46	R$ 233,52
EXCLUSIVA ME E EPP	51	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFTAZIDIMA. DOSAGEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 18,61	R$ 111,66
EXCLUSIVA ME E EPP	52	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFTAZIDIMA. DOSAGEM 30µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	5	**5**	R$ 19,43	R$ 97,15
EXCLUSIVA ME E EPP	53	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFTRIAXONA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 19,57	R$ 195,70
EXCLUSIVA ME E EPP	54	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CEFUROXIMA - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 18,58	R$ 111,48
EXCLUSIVA ME E EPP	55	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CIPROFLOXACINO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	75	**75**	R$ 17,73	R$ 1.329,75
EXCLUSIVA ME E EPP	56	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CLINDAMICINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	12	**12**	R$ 21,91	R$ 262,92
EXCLUSIVA ME E EPP	57	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE CLORANFENICOL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	7	**7**	R$ 17,33	R$ 121,31
EXCLUSIVA ME E EPP	58	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE ERTAPENEM - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	7	**7**	R$ 23,86	R$ 167,02

EXCLUSIVA ME E EPP	59	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE IMIPENEN - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	15	**15**	R$ 21,49	R$ 322,35
EXCLUSIVA ME E EPP	60	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE LEVOFLOXACINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	50	**50**	R$ 17,21	R$ 860,50
EXCLUSIVA ME E EPP	61	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE LINEZOLIDE. DOSAGEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	7	**7**	R$ 18,66	R$ 130,62
EXCLUSIVA ME E EPP	62	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE LINEZOLIDE. DOSAGEM 30µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	5	**5**	R$ 22,52	R$ 112,60
EXCLUSIVA ME E EPP	63	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE MOXIFLOXACINO 5µG - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	12	**12**	R$ 17,95	R$ 215,40
EXCLUSIVA ME E EPP	64	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE NITROFURANTOÍNA. DOSAGEM 100µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	60	**60**	R$ 17,74	R$ 1.064,40
EXCLUSIVA ME E EPP	65	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE NITROFURANTOÍNA. DOSAGEM 300µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	40	**40**	R$ 18,97	R$ 758,80
EXCLUSIVA ME E EPP	66	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE NORFLOXACINO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	50	**50**	R$ 19,49	R$ 974,50
EXCLUSIVA ME E EPP	67	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE OFLOXACINA. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	5	**5**	R$ 16,21	R$ 81,05
EXCLUSIVA ME E EPP	68	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE PIPERACICLINA TAZOBACTAN. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	15	**15**	R$ 22,94	R$ 344,10

EXCLUSIVA ME E EPP	69	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE POLIMIXINA B. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 21,30	R$ 127,80
EXCLUSIVA ME E EPP	70	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE SULFAZOTRIM 25MCG - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	20	**20**	R$ 17,38	R$ 347,60
EXCLUSIVA ME E EPP	71	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE TETRACICLINA 30 µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 16,21	R$ 162,10
EXCLUSIVA ME E EPP	72	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE TOBRAMICINA, 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	10	**10**	R$ 16,42	R$ 164,20
EXCLUSIVA ME E EPP	73	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE VANCOMICINA DOSAGEM 5µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	5	**5**	R$ 16,60	R$ 83,00
EXCLUSIVA ME E EPP	74	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) DE MPICILINA + SULFABACTAM. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS	FRASCO	15	**15**	R$ 19,84	R$ 297,60
EXCLUSIVA ME E EPP	75	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA (TESTE DE SENSIBILIDADE) MEROPENEM 10µG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCO	FRASCO	15	**15**	R$ 19,41	R$ 291,15
EXCLUSIVA ME E EPP	76	DISCO PARA ANTIBIOGRAMA TEICOPLANINA 30 MCG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	6	**6**	R$ 17,64	R$ 105,84
EXCLUSIVA ME E EPP	77	DISCOS PARA ANTIBIOGRAMA DE TRIMETROPINA + SULFAMETOXAZOL 25MCG. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE. FRASCO COM 50 DISCOS.	FRASCO	75	**75**	R$ 21,17	R$ 1.587,75

EXCLUSIVA ME E EPP	78	FITA DE GRADIENTE DE CONCENTRAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DA CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM/MIC) DE VANCOMICINA, EM SUPORTE PLÁSTICO OU PAPEL ESPECIAL, COM GRADIENTE CONTÍNUO EM ESCALA LOGARÍTMICA, GRADUADA EM µG/ML, PARA USO SOBRE MEIO DE CULTURA EM ÁGAR (EX.: MÜLLER-HINTON), COM LEITURA POR ELIPSE DE INIBIÇÃO APÓS INCUBAÇÃO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, VALIDADE E REGISTRO VIGENTE NA ANVISA.	FRASCO	30	**30**	R$ 24,98	R$ 749,40
LOTE 04 – MATERIAIS DE COLETA DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS							
PRINCIPAL	79	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTEAO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	UNIDADE	52.500	**52.500**	R$ 1,75	R$ 91.875,00
PRINCIPAL	80	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO	UNIDADE	90.000	**90.000**	R$ 1,60	R$ 144.000,00
RESERVADA	81	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTEAO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	UNIDADE	17.500	**17.500**	R$ 1,75	R$ 30.625,00
RESERVADA	82	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE COÁGULO CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO	UNIDADE	30.000	**30.000**	R$ 1,60	R$ 48.000,00
EXCLUSIVA ME E EPP	83	TUBO A VÁCUO PARA COLETA DE SANGUE VENOSO COM CITRATO DE SÓDIO 3,2%, TAMPA AZUL, VOLUME 4ML, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO (TP, TTPA, FIBRINOGÊNIO E CORRELATOS), COMPATÍVEL COM SISTEMAS DE COLETA A VÁCUO E ROTINA LABORATORIAL DEANÁLISES CLÍNICAS.	UNIDADE	12.000	**12.000**	R$ 0,93	R$ 11.160,00
EXCLUSIVA ME E EPP	84	AGULHA DESCARTÁVEL ESTÉRIL PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, CALIBRE 22G X 1" (0,7 X 25 MM), CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPATÍVEL COM SISTEMA DE COLETA A VÁCUO E ADAPTADORES DE COLETA, DESTINADA À ROTINA LABORATORIAL DE ANÁLISES CLÍNICAS	CAIXA COM 100 UNIDADES	60	**60**	R$ 47,85	R$ 2.871,00
EXCLUSIVA ME E EPP	85	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS, COM HASTE DE PLÁSTICO COM MEIO STUART. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	2.000	**2.000**	R$ 1,96	R$ 3.920,00

EXCLUSIVA ME E EPP	86	SWAB, MATERIAL HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO* EMBALAGEM INDIVIDUAL, ADITIVOS COM MEIO DE TRANSPORTE CARY- BLAIR, ESTERILIDADE ESTÉRIL, TIPO DE USO DESCARTÁVEL.	UNIDADE	300	**300**	R$ 2,17	R$ 651,00
EXCLUSIVA ME E EPP	87	TUBO TIPO FALCON ESTÉRIL COM TAMPA ROSQUEADA DE 15 ML.	UNIDADE	60.000	**60.000**	R$ 0,79	R$ 47.400,00
EXCLUSIVA ME E EPP	88	FRASCO PARA COLETA DE HEMOCULTURA ADULTO COM 45ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	FRASCO	500	**500**	R$ 10,96	R$ 5.480,00
EXCLUSIVA ME E EPP	89	SWAB PARA COLETA E TRANSPORTE DE AMOSTRAS COM MEIO DE TRANSPORTE CARYBLAIR, ESTÉRIL. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	10	**10**	R$ 216,50	R$ 2.165,00
EXCLUSIVA ME E EPP	90	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM REAGENTE FLUORETO DE SÓDIO, DIMENSÕES 13X75, VOLUME 4ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, PERIODO DE VALIDADE. VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO.	UNIDADE	16.000	**16.000**	R$ 0,93	R$ 14.880,00
EXCLUSIVA ME E EPP	91	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM REAGENTE EDTA K3, 13X75MM, 4ML, TAMPA ROXA. VERSÃO PLÁSTICO POLIETILENO.	UNIDADE	12.000	**12.000**	R$ 0,82	R$ 9.840,00
EXCLUSIVA ME E EPP	92	COLETOR DE URINA 24H. MATERIAL: POLIETILENO. COLETOR 24HORAS. CAPACIDADE 2 LITROS. GRADUADO DE 100 EM 100ML. BOCA DE 80MM DE DIÂMETRO, TAMPA ROSQUEADA. COR DO RECIPIENTE: ÂMBAR	UNIDADE	1.200	**1.200**	R$ 7,41	R$ 8.892,00
EXCLUSIVA ME E EPP	93	SWAB ESTÉRIL COM HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL PARA USO DE SECREÇÃO URETRAL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	350	**350**	R$ 1,24	R$ 434,00
EXCLUSIVA ME E EPP	94	POTE COLETOR UNIVERSAL ESTÉRIL COM TAMPA DE ROSCA, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE. CAPACIDADE 80 ML (TAMPA VERMELHA).	FRASCO	40.000	**40.000**	R$ 0,81	R$ 32.400,00
EXCLUSIVA ME E EPP	95	ALÇA CALIBRADA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL DE 01 MICROLITRO EM POLIESTIRENO. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	5.000	**5.000**	R$ 0,31	R$ 1.550,00
EXCLUSIVA ME E EPP	96	ALÇA CALIBRADA DESCARTÁVEL E ESTÉRIL DE 10 MICROLITRO EM POLIESTIRENO. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 0,31	R$ 1.860,00

EXCLUSIVA ME E EPP	97	FRASCO PARA HEMOCULTURA PEDIÁTRICA COM 9ML. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	FRASCO	200	**200**	R$ 7,60	R$ 1.520,00
EXCLUSIVA ME E EPP	98	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS, COM HASTE DE PLÁSTICO E PONTA DE ALGODÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE	UNIDADE	2.000	**2.000**	R$ 0,39	R$ 780,00
EXCLUSIVA ME E EPP	99	SWAB ESTÉRIL PARA COLETA DE AMOSTRAS, COM HASTE DE PLÁSTICO E PONTA DE RAYON. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	1.500	**1.500**	R$ 0,39	R$ 585,00
EXCLUSIVA ME E EPP	100	SWAB, HASTE PLÁSTICA, TIPO PONTA: PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM MEIO DE TRANSPORTE AMIES COM CARVÃO ATIVADO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	100	**100**	R$ 2,28	R$ 228,00
EXCLUSIVA ME E EPP	101	TUBO PARA COLETA DE AMOSTRA BIOLÓGICA. MATERIAL: PLÁSTICO, VOLUME 9ML, COMPONENTES: COM HEPARINA DE SÓDIO, USO: COLETA DE SANGUE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: À VÁCUO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	1.000	**1.000**	R$ 1,74	R$ 1.740,00
EXCLUSIVA ME E EPP	102	TUBO PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO COM REAGENTE EDTA K3, 13X75MM, 4ML, TAMPA ROXA. FABRICADO EM PLÁSTICO PET TRANSPARENTE PARA VISIBILIDADE TOTAL DO CONTEÚDO. EMBALAGEM COM INVÓLUCRO RESISTENTE AO MANUSEIO, DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	50.000	**50.000**	R$ 0,70	R$ 35.000,00
EXCLUSIVA ME E EPP	103	POTE COLETOR PARA URINA, FORMATO CÔNICO, NÃO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO TRANSLÚCIDO, COM TAMPA ROSQUEÁVEL, GRADUADO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 ML, INDICADO PARA COLETA DE AMOSTRA DE URINA PARA EXAME DE ROTINA (EAS/SUMÁRIO DE URINA), PERMITINDO A CENTRIFUGAÇÃO DIRETA DO PRÓPRIO FRASCO PARA ANÁLISE DO SEDIMENTO URINÁRIO.	FRASCO	60.000	**60.000**	R$ 0,56	R$ 33.600,00
LOTE 05 – VIDRARIAS, PLÁSTICOS E UTENSÍLIOS DE BANCADA							
EXCLUSIVA ME E EPP	104	BALÃO VOLUMÉTRICO EM VIDRO, COM CAPACIDADE PARA 1 LITRO, COM MENISCO NA COR BRANCA.	UNIDADE	15	**15**	R$ 71,25	R$ 1.068,75
EXCLUSIVA ME E EPP	105	LÂMINAS PARA MICROSCOPIA, 20,0 X 20,0 MM, ESPESSURA DE 0,13 A 0,16 MM, CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA COM 100 UNIDADES	20	**20**	R$ 6,11	R$ 122,20
EXCLUSIVA ME E EPP	106	ESTANTE TIPO GRADE, EM POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 40 TUBOS DE ENSAIO DE 20 A 21MM, AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	50	**50**	R$ 20,60	R$ 1.030,00

EXCLUSIVA ME E EPP	107	ESTANTE TIPO GRADE, EM POLIPROPILENO, COM CAPACIDADE PARA 60 TUBOS DE ENSAIO DE 17MM, AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	50	**50**	R$ 22,54	R$ 1.127,00
EXCLUSIVA ME E EPP	108	CAIXA PORTA LÂMINA DE PLÁSTICO, CAPACIDADE PARA 100 LÂMINAS	UNIDADE	125	**125**	R$ 21,41	R$ 2.676,25
EXCLUSIVA ME E EPP	109	LAMÍNULAS 20X26CM.	UNIDADE	1.000	**1.000**	R$ 0,11	R$ 110,00
EXCLUSIVA ME E EPP	110	MICROTUBOS PARA CENTRIFUGAÇÃO – TIPO EPPENDORF, COM TAMPA. CAPACIDADE 2 ML.	PACOTE	50	**50**	R$ 0,10	R$ 5,00
EXCLUSIVA ME E EPP	111	PONTEIRAS TIPO UNIVERSAL DESCARTÁVEIS COM VOLUME DE ASPIRAÇÃO 200-1000 MICROLITROS, TIPO UNIVERSAL E AUTOCLAVÁVEIS E RESISTENTES À PRODUTOS QUÍMICOS. EMBALAGEM COM DADOS E IDENTIFICAÇÃO, COR AZUL. PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PACOTE	150	**150**	R$ 42,17	R$ 6.325,50
EXCLUSIVA ME E EPP	112	CUBAS DE VIDRO COM TAMPA TIPO MANTEGUEIRA. 17CM X 11CM X 7CM.	UNIDADE	12	**12**	R$ 132,88	R$ 1.594,56
EXCLUSIVA ME E EPP	113	LÂMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA COM EXTREMIDADE FOSCA 26 X 76MM, LAPIDADA. CAIXA COM 50UNIDADES.	UNIDADE	1.000	**1.000**	R$ 9,72	R$ 9.720,00
EXCLUSIVA ME E EPP	114	LAMÍNULAS 24X24MM.	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 0,08	R$ 480,00
EXCLUSIVA ME E EPP	115	LAMÍNULAS 24X32MM	UNIDADE	6.000	**6.000**	R$ 0,12	R$ 720,00
EXCLUSIVA ME E EPP	116	LAMÍNULAS 24X50MM	UNIDADE	20.000	**20.000**	R$ 0,13	R$ 2.600,00
EXCLUSIVA ME E EPP	117	PAPEL FILTRO QUALITATIVO, ENTRE 9 E 11 CM DE DIÂMETRO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TEMPO DE VALIDADE E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. EMBALAGENS INDIVIDUAIS CONTENDO 100 UNIDADES CADA.	UNIDADE	100	**100**	R$ 13,77	R$ 1.377,00
EXCLUSIVA ME E EPP	118	TUBO DE ENSAIO EM VIDRO AUTOCLAVÁVEL, SEM ROSCA E SEM TAMPA. 12X75MM (5ML)	UNIDADE	1.500	**1.500**	R$ 0,32	R$ 480,00
EXCLUSIVA ME E EPP	119	TUBO DE ENSAIO PS 12X75MM, 5ML, ACRÍLICO, TAMPA PRESSÃO INTERNA BRANCA.	UNIDADE	8.000	**8.000**	R$ 0,27	R$ 2.160,00
LOTE 06 – CORANTES E REAGENTES PARA HEMATOLOGIA							
AMPLA CONCORRÊNCIA	120	SOLUÇÃO CORANTE UTILIZADA PARA CONTAGEM DE GLÓBULOS BRANCOS. FRASCO DE 500 ML.	FRASCO	2	**2**	R$ 29,23	R$ 58,46

EXCLUSIVA ME E EPP	121	AZUL DE CRESIL BRILHANTE. SOLUÇÃO CORANTE PARA CONTAGEM DE RETICULÓCITOS. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. EMBALAGEM COM 100ML.	FRASCO	15	**15**	R$ 35,66	R$ 534,90
EXCLUSIVA ME E EPP	122	CESTOS EM INOX TIPO BERÇO COM CAPACIDADE PARA CORAR 40 LÂMINAS, COM MOLAS. DIMENSÕES (C X P X L): 12CM X 5CM X 6CM;	UNIDADE	20	**20**	R$ 274,31	R$ 5.486,20
EXCLUSIVA ME E EPP	123	PANÓTICO RÁPIDO. CORANTE PARA USO HEMATOLÓGICO. KIT CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	KIT	20	**20**	R$ 46,93	R$ 938,60
EXCLUSIVA ME E EPP	124	CORANTES DE MAY GRUNWALD GIEMSA. CORANTES DESTINADOS PRINCIPALMENTE A COLORAÇÃO DE CÉLULAS SANGUÍNEAS EM ESFREGAÇOS DE SANGUE PERIFÉRICO, MEDULA ÓSSEA OU ESTUDOS CITOLÓGICOS. KIT CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCÊDENCIA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE. KIT DEVE CONTER OS CORANTES MAY GRUNWALD CORANTE HEMATOLOGICO E GIEMSA CORANTE HEMATOLOGICO.	KIT	15	**15**	R$ 55,44	R$ 831,60
LOTE 07 – REAGENTES QUÍMICOS GERAIS (ÁCIDOS, SAIS, SOLVENTES)							
AMPLA CONCORRÊNCIA	125	ÁCIDO CLORÍDRICO (PA)	LITRO	2	**2**	R$ 39,30	R$ 78,60
AMPLA CONCORRÊNCIA	126	ÁCIDO OXÁLICO 2H20 (COOH)2 2H2O - 500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 25,88	R$ 25,88
AMPLA CONCORRÊNCIA	127	ÁLCOOL METILICO (PA METANOL CH3OH)	LITRO	2	**2**	R$ 29,18	R$ 58,36
AMPLA CONCORRÊNCIA	128	AZUL DE METILENO (CO13771	LITRO	2	**2**	R$ 53,29	R$ 106,58
AMPLA CONCORRÊNCIA	129	BISSULFITO DE SÓDIO - 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 34,64	R$ 34,64
AMPLA CONCORRÊNCIA	130	EOSINA AMARELADA (CI 45380) C20H6BR4NA2O5 - 25 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 39,34	R$ 39,34
AMPLA CONCORRÊNCIA	131	FERROCIANETO DE POTÁSSIO (3H20) PA 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 152,79	R$ 152,79
AMPLA CONCORRÊNCIA	132	FLOXINA B - 25 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 168,82	R$ 168,82
AMPLA CONCORRÊNCIA	133	HEXAMETILENOTETRAMINA PA ACS (C6H12N4) - 500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 51,69	R$ 51,69
AMPLA CONCORRÊNCIA	134	HIDROXIDO DE POTÁSSIO -500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 37,56	R$ 37,56
AMPLA CONCORRÊNCIA	135	PERMANGANATO DE POTÁSSIO - PACOTE 500 GRAMAS.	GRAMAS	1	**1**	R$ 52,61	R$ 52,61

AMPLA CONCORRÊNCIA	136	TEREBENTINA, LIQUIDO INCOLOR, INFLAMÁVEL, ODOR CARACTERÍSTICO. FÓRMULA QUÍMICA C10H16 (ESSÊNCIA DE TEREBENTINA), NUMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA: CAS 8006-64- 2	LITRO	1	**1**	R$ 100,12	R$ 100,12
AMPLA CONCORRÊNCIA	137	TETRABORATO DE SÓDIO 10H2O P.A. - PACOTE 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 28,27	R$ 28,27
AMPLA CONCORRÊNCIA	138	TIOSSULFATO DE SÓDIO (5H2O) P.A. - PACOTE 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 28,56	R$ 28,56
AMPLA CONCORRÊNCIA	139	ÁCIDO ACÉTICO PA GLACIAL.	LITRO	1	**1**	R$ 39,78	R$ 39,78
AMPLA CONCORRÊNCIA	140	CLORETO DE OURO HAUCL43H2O - 1 GRAMA	GRAMAS	1	**1**	R$ 1.129,61	R$ 1.129,61
AMPLA CONCORRÊNCIA	141	ÁCIDO FOSFOMOLIBDICO. FRASCO COM 25 GRAMAS	FRASCO	1	**1**	R$ 70,90	R$ 70,90
AMPLA CONCORRÊNCIA	142	SULFATO FÉRRICO AMÔNIA (ALUMEN DE FERRO) - PACOTE 500 GRAMAS	GRAMAS	1	**1**	R$ 53,00	R$ 53,00
AMPLA CONCORRÊNCIA	143	ÁCIDO FÓRMICO PA. OBS: 85%	LITRO	1	**1**	R$ 79,75	R$ 79,75
AMPLA CONCORRÊNCIA	144	ANIDRIDO CRÔMICO (ÓXIDO CROMO). FRASCO 25 GRAMAS.	FRASCO	1	**1**	R$ 44,72	R$ 44,72
AMPLA CONCORRÊNCIA	145	HIDRÓXIDO DE AMÔNIA PA	LITRO	1	**1**	R$ 46,50	R$ 46,50
EXCLUSIVA ME E EPP	146	FORMOL INIBIDO 37% 1000ML	FRASCO	150	**150**	R$ 22,60	R$ 3.390,00
EXCLUSIVA ME E EPP	147	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE, INDICADA PARA ENXAGUE DE VIDRARIAS E EQUIPAMENTOS, E ABASTECIMENTO DE AUTOCLAVE, GARRAFA DE 5 LITROS.	GALÃO	20	**20**	R$ 18,59	R$ 371,80
EXCLUSIVA ME E EPP	148	ÁLCOOL ETILICO 99,5% (ETANOL 99,5% ANIDRO)	LITRO	1.000	**1.000**	R$ 18,59	R$ 18.590,00
EXCLUSIVA ME E EPP	149	DETERGENTE ALCALINO PARA LIMPEZA DE VIDRARIAS. GALÃO COM 5 LITROS.	GALÃO	50	**50**	R$ 74,44	R$ 3.722,00
LOTE 08 – MATERIAIS E REAGENTES PARA HISTOPATOLOGIA/CITOLOGIA							
AMPLA CONCORRÊNCIA	150	REATIVO DE SCHIFF	LITRO	1	**1**	**R$ 309,68**	R$ 309,68
AMPLA CONCORRÊNCIA	151	AZUL DE ANILINA, FRASCO COM 25 GRAMAS	FRASCO	1	**1**	**R$ 129,40**	R$ 129,40
EXCLUSIVA ME E EPP	152	PARAFINA 140/145° GRANULADA LENTILHADA (25 QUILOS CADA).	UNIDADE	15	**15**	R$ 880,79	R$ 13.211,85
EXCLUSIVA ME E EPP	153	CORANTE EA 36	LITRO	18	**18**	**R$ 89,37**	R$ 1.608,66

EXCLUSIVA ME E EPP	154	HEMATOXILINA DE HARRIS CORANTE INTEGRANTE DO KIT PAPANICOLAU PARA COLORAÇÃO DE ESFREGAÇOS CITOLÓGICOS. FRASCO DE POLIETILENO ÂMBAR COM TAMPA DE ROSCA CONTENDO 500ML DO CORANTE FORMULADO COM HEMATOXILINA DE HARRIS A 0,5%, ALÚMEN POTÁSSICO A 10% E ÓXIDO DE MERCÚRIO A 0,25%.	FRASCO	30	**30**	**R$ 140,22**	R$ 4.206,60
EXCLUSIVA ME E EPP	155	ORANGE G	LITRO	24	**24**	**R$ 52,91**	R$ 1.269,84
EXCLUSIVA ME E EPP	156	CAIXA DE PAPELÃO ONDULADO, COMPRIMENTO DE 280MM, LARGURA 95MM, ALTURA 86MM. SUPERFÍCIE EXTERNA LISA, 6 DIVISÕES INTERNAMENTE. COR BRANCA. APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE LÂMINAS HISTOLÓGICAS	CAIXA	200	**200**	**R$ 20,53**	R$ 4.106,00
EXCLUSIVA ME E EPP	157	CAIXAS DE ARQUIVO PARA BLOCOS DE PARAFINA (HISTOPATOLÓGICOS) TAMANHO 22,5CM X 21CM X 6CM COM CAPACIDADE PARA 130 BLOCOS/UNIDADES.	UNIDADE	1.000	**1.000**	**R$ 9,02**	R$ 9.020,00
EXCLUSIVA ME E EPP	158	CORANTE VERDE LUZ	GRAMAS	250	**250**	**R$ 6,84**	R$ 1.710,00
EXCLUSIVA ME E EPP	159	XILOL / XILENO CO62576%	LITRO	400	**400**	**R$ 37,66**	R$ 15.064,00
EXCLUSIVA ME E EPP	160	CASSETES PARA HISTOLOGIA	UNIDADE	10.000	**10.000**	**R$ 0,36**	R$ 3.600,00
EXCLUSIVA ME E EPP	161	TINTA NANKIN PROFISSIONAL, 20 ML, NAS CORES: AMARELO	UNIDADE	6	**6**	**R$ 9,07**	R$ 54,42
EXCLUSIVA ME E EPP	162	TINTA NANKIN PROFISSIONAL, 20 ML, NAS CORES: AZUL.	UNIDADE	24	**24**	**R$ 9,07**	R$ 217,68
EXCLUSIVA ME E EPP	163	TINTA NANKIN PROFISSIONAL, 20 ML, NAS CORES: VERDE.	UNIDADE	6	**6**	**R$ 9,07**	R$ 54,42
EXCLUSIVA ME E EPP	164	VERNIZ TRANSPARENTE, INCOLOR. TIPO VITRAL, COMPOSIÇÃO: RESINA ACRÍLICA HIDROXILADA, SOLVENTES E ADITIVOS. FRASCO 100ML.	FRASCO	90	**90**	**R$ 32,55**	R$ 2.929,50
EXCLUSIVA ME E EPP	165	NAVALHAS DE ALTO PERFIL	CAIXA	24	**24**	**R$ 725,25**	R$ 17.406,00
LOTE 09 – EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE PRECISÃO							
AMPLA CONCORRÊNCIA	166	MICROSCÓPIO ÓPTICO BINOCULAR, SISTEMA ÓPTICO CORRIGIDO AO INFINITO, COM JOGO DE OBJETIVAS ACROMÁTICAS OU PLANACROMÁTICAS NAS AMPLIAÇÕES DE 4X, 10X, 40X (RETRÁTIL) E 100X (RETRÁTIL, DE IMERSÃO EM ÓLEO), COM ABERTURAS NUMÉRICAS MÍNIMAS USUAIS DE MERCADO (PADRÃO DIN/ISO) PARA CADA AMPLIAÇÃO, ROSCA PADRÃO RMS; TUBO DE OBSERVAÇÃO BINOCULAR INCLINADO ENTRE 20° E 30°, COM AJUSTE DE DISTÂNCIA INTERPUPILAR COMPATÍVEL COM A FAIXA DE 48 A 75MM E AJUSTE DE DIOPTRIA EM AO MENOS UMA DAS OCULARES; CONDENSADOR TIPO ABBE OU EQUIVALENTE, COM ABERTURA NUMÉRICA MÍNIMA DE 1,25, DOTADO DE DIAFRAGMA ÍRIS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED DE BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO E BOA DURABILIDADE, COM CONTROLE DE INTENSIDADE LUMINOSA REGULÁVEL; PLATINA MECÂNICA COM MOVIMENTAÇÃO EM X E Y COMPATÍVEL COM LÂMINAS PADRÃO DE 76 X 26MM; SISTEMA DE FOCO MACRO E MICROMÉTRICO COAXIAL; ESTRUTURA RECOMENDADA PARA USO EM AMBIENTES DE ELEVADA UMIDADE (TRATAMENTO ANTI-MOFO DESEJÁVEL). A COMPATIBILIDADE COM O SISTEMA ÓPTICO E OS ACESSÓRIOS (OBJETIVAS E OCULARES) JÁ	UNIDADE	3	**3**	**R$ 8.974,26**	R$ 26.922,78

		UTILIZADOS NO PARQUE DE MICROSCOPIA DO LABORATÓRIO CENTRAL DE CARUARU SERÁ CONSIDERADA CRITÉRIO DE PREFERÊNCIA, NÃO ELIMINATÓRIO. EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.					
AMPLA CONCORRÊNCIA	167	TERMOBLOCO (BANHO SECO) PARA AQUECIMENTO DE AMOSTRAS LABORATORIAIS, FAIXA DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL DESDE A TEMPERATURA AMBIENTE ATÉ, NO MÍNIMO, 150°C, CONTROLADOR DE TEMPERATURA MICROPROCESSADO TIPO PID COM DISPLAY DIGITAL, RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 0,1°C, ACOMPANHADO DE, NO MÍNIMO, 2 (DOIS) BLOCOS DE AQUECIMENTO INTERCAMBIÁVEIS, COMPATÍVEIS COM DIFERENTES VOLUMES DE TUBOS (0,2 ML, 0,5 ML, 1,5/2 ML, 5 ML E 15 ML), POTÊNCIA APROXIMADA DE 300W, APARELHO BIVOLT (127/220V, 50/60HZ), COM ISOLAMENTO TÉRMICO E FUSÍVEL DE SEGURANÇA, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT. EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNIDADE	3	**3**	**R$ 3.705,01**	R$ 11.115,03
EXCLUSIVA ME E EPP	168	OBJETIVA MICROSCÓPICA DE AUMENTO 100X, TIPO ACROMÁTICA OU SUPERIOR, PARA UTILIZAÇÃO COM ÓLEO DE IMERSÃO, COMPATÍVEL COM MICROSCÓPIO BIOLÓGICO NIKON ECLIPSE E200. DEVE POSSUIR ROSCA PADRÃO RMS (ROYAL MICROSCOPICAL SOCIETY), DISTÂNCIA PARFOCAL COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO, CORREÇÃO ÓPTICA PARA MICROSCOPIA DE CAMPO CLARO, AMPLIAÇÃO DE 100 VEZES E ABERTURA NUMÉRICA MÍNIMA DE 1,25. FABRICADA COM SISTEMA ÓPTICO DE ALTA RESOLUÇÃO E TRATAMENTO ANTIRREFLEXO, PROPORCIONANDO EXCELENTE DEFINIÇÃO DE IMAGEM PARA ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS, HEMATOLÓGICAS, PARASITOLÓGICAS, CITOLÓGICAS E DEMAIS APLICAÇÕES LABORATORIAIS. PRODUTO NOVO, ORIGINAL OU COMPATÍVEL TECNICAMENTE COM O MODELO NIKON ECLIPSE E200, ACOMPANHADO DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UNIDADE	8	**8**	R$ 404,20	R$ 3.233,60
EXCLUSIVA ME E EPP	169	CAIXA TÉRMICA PARA TRANSPORTE DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS, CAPACIDADE 6L LITROS, CONFECCIONADA EM MATERIAL RÍGIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ISOLAMENTO TÉRMICO, TAMPA DE FECHAMENTO SEGURO E TERMÔMETRO DIGITAL INTEGRADO OU ACOPLADO COM VISOR EXTERNO PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO DA TEMPERATURA, DESTINADA AO ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE SEGURO DE AMOSTRAS LABORATORIAIS.	UNIDADE	20	**20**	**R$ 276,00**	R$ 5.520,00
EXCLUSIVA ME E EPP	170	PIPETA AUTOMÁTICA COM VOLUME FIXO DE 500 MICROLITROS	UNIDADE	10	**10**	**R$ 128,75**	R$ 1.287,50
EXCLUSIVA ME E EPP	171	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO 6V, 20W.	UNIDADE	15	**15**	**R$ 36,87**	R$ 553,05
EXCLUSIVA ME E EPP	172	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME VARIÁVEL COM DISPENSADOR DE 10 A 100 MICROLITROS.	UNIDADE	10	**10**	**R$ 163,18**	R$ 1.631,80
EXCLUSIVA ME E EPP	173	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME VARIÁVEL COM DISPENSADOR DE 20 A 200 MICROLITROS	UNIDADE	10	**10**	**R$ 163,92**	R$ 1.639,20
EXCLUSIVA ME E EPP	174	PIPETA AUTOMÁTICA DE VOLUME VARIAVEL COM DISPENSADOR DE PONTEIRA DE 05 A 40 MICROLITROS.	UNIDADE	10	**10**	**R$ 164,39**	R$ 1.643,90

EXCLUSIVA ME E EPP	175	MICROPIPETA AUTOMÁTICA COM VOLUME VARIÁVEL ENTRE 0.5 E 1.0 MICROLITROS.	UNIDADE	20	**20**	**R$ 192,05**	R$ 3.841,00
EXCLUSIVA ME E EPP	176	TERMÔMETRO EM COLUNA DE VIDRO, COM APRESENTAÇÃO EM ESCALA GRAUS CELSIUS (ºC), COM ÁREA DE MEDIÇÃO DE 10 A 110ºC. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. APRESENTAÇÃO EM UNIDADE	UNIDADE	10	**10**	**R$ 82,37**	R$ 823,70
EXCLUSIVA ME E EPP	177	TERMO-HIGRÔMETRO DIGITAL COM CABO EXTENSOR E ESCALA EM GRAUS CELSIUS (ºC).	UNIDADE	10	**10**	**R$ 76,93**	R$ 769,30
EXCLUSIVA ME E EPP	178	ÓLEO DE IMERSÃO PARA MICROSCOPIA. EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. FRASCO COM 100ML	FRASCO	20	**20**	**R$ 24,35**	R$ 487,00
EXCLUSIVA ME E EPP	179	CENTRÍFUGA DE BANCADA PARA TUBOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 8 (OITO) TUBOS DE 10 A 15 ML,E COM ADAPTADOR PARA TUBOS DE 4ML; ROTOR DE ÂNGULO FIXO, VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 4.000 RPM, PAINEL DE CONTROLE DIGITAL/MICROPROCESSADO COM TEMPORIZADOR (TIMER) REGULÁVEL, TAMPA DE SEGURANÇA COM SISTEMA DE TRAVA E BLOQUEIO AUTOMÁTICO DURANTE O FUNCIONAMENTO, APARELHO BIVOLT (110/220V). INDICADA PARA O PREPARO E PROCESSAMENTO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS (SEPARAÇÃO DE SORO/PLASMA) EM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS. EQUIPAMENTO COM REGISTRO VIGENTE NA ANVISA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES.	UNIDADE	5	**5**	**R$ 5.248,89**	R$ 26.244,45
LOTE 10 – TESTES RÁPIDOS							
EXCLUSIVA ME E EPP	180	BETA HCG –TESTE DE GRAVIDEZ EM FITAS – TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA NO SANGUE E NA URINA. CAIXA COM 50	KIT	150	**150**	R$ 38,22	R$ 5.733,00
EXCLUSIVA ME E EPP	181	TESTE PARA URINA: TIRAS TESTE PARA DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE 10 PARÂMETROS NA URINA, E UMA ÁREA DE COMPENSAÇÃO. PROPORCIONA AO CLÍNICO INFORMAÇÕES SOBRE PATOLOGIAS DO TRATO RENAL, BEM COMO SOBRE ALGUMAS MOLÉSTIAS- RENAIS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TIRAS TESTE PARA A DETERMINAÇÃO SEMIQUANTITATIVA DE DEZ PARÂMETROS NA URINA: UROBILINOGÊNIO, GLICOSE, CORPOS CETÔNICOS, BILIRRUBINA, PROTEÍNA, NITRILO, PH, SANGUE, DENSIDADE E LEUCÓCITOS. ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO: ARMAZENAR EM LOCAL LIMPO, SECO E PROTEGIDO DA LUZ DIRETA DO SOL ENTRE 15 A 30ºC. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 100 TIRAS, 90 FRASCOS.	FRASCO	90	**90**	**R$ 36,47**	R$ 3.282,30
VALOR TOTAL (R$)..... R$							**R$ 1.284.144,45**

1 - Em conformidade com Decreto Municipal 080, de 05/10/2023, IN Nº 65, de 7/7/2021, Recomendação 003/2022 Ministerio Público de Pernambuco (MPPE) Corroborando com o Manual de Pesquisas de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ)
2 - Os Parâmetros adotados na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não: Painel de Preços, Aquisições e Contratações Similares de outros entes Públicos (Atas) e Pesquisa direta com Fornecedores. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 5º)
3 - A Metodologia utilizada, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados. (Amparado pela IN Nº 65, de 7/7/2021, Art. 6º)
4 - Como critério final para apuração do preço estimado, optamos por utilizar como preço de referência o Valor da Média de Preço entre as propostas apresentadas, de forma que o processo seja mais vantajoso e eficiente para o Ente Público.
5 - Anexamos documentos comprobatórios da pesquisa de preços realizadas conforme fontes acima, destacamos que de acordo com orientação do TCE/PE na pesquisa em banco de preços e painel de preços optamos por ampliar a pesquisa para o máximo de valores possíveis encontrados.

ANEXO II (EDITAL)

CADASTRO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____/_____	
RAZÃO SOCIAL:	
NOME FANTASIA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	
CIDADE/ UF:	**CEP:**
TELEFONE: ( )	**FAX: ( )**
E-MAIL:	
BANCO/CÓDIGO:	**AGÊNCIA/CÓDIGO:**
CONTA CORRENTE:	
NOME DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS /CONTRATO:	
RG:	**CPF:**
CARGO NA EMPRESA:	
CONTATO E INFORMAÇÃO SOBRE A COTAÇÃO E/OU REPRESENTANTE NESTA PRAÇA:	
TELEFONE: ( )	

_____

Assinatura identificada do Representante Legal da Empresa

ANEXO III (EDITAL)

DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____ , inscrita no CNPJ sob o nº _____ , sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF nº_____, sob as penais da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

[Substituir pelo Município da Sede da empresa], DD de MMMM de AAAA.

_____

Assinatura identificada do Representante Legal da Empresa
CNPJ Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX

ANEXO IV (EDITAL)

MINUTA DA ARP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. ___/____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ___/____
REGISTRO DE PREÇO Nº. ___/____
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ___/____

O MUNICÍPIO DE CARUARU PE, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o n°. 106.***.***-29 e RG n°. 9***.705-SDS/PE, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR,** em face da classificação das propostas de preços no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____/_____ – RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa _____, pessoa jurídica de direito privado (empresa individual), com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ nº. _____, aqui representada por seu representante legal _____(qualificação), doravante denominado simplesmente de **Fornecedor Registrado;**

A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pela **SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU** como órgão gerenciador, com a(s) empresa(s) que tiver(em) preço registrado(s), na forma prevista no Edital. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar, deu-se por encerrado os trabalhos lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Secretário de Saúde do Município de Caruaru, bem como pelo(s) representante(s) da(s) empresa(s) com preços registrados, devendo a mesma, ser publicada no D.O.M. para que opere seus jurídicos e legais efeitos. A administração não se obriga a adquirir o produto registrado, somente fazendo-o conforme necessidades apresentadas. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora e planilha de preços farão parte da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

DO OBJETO

O objeto da presente **ATA REGISTRO DE PREÇOS** consiste na **Aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais, necessários ao suporte de atividades e à liberação de laudos de exames nos LABCEN e no LACIAN**, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, preços constantes da relação em Anexo a este instrumento e a proposta comercial.

DA VINCULAÇÃO

O disposto na presente Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços supramencionado, que se regerá pela **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC n°. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024.

DO PRAZO, DO LOCAL PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Do Prazo de Entrega

3.1.1. Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

3.1.2. Caso não seja possível fornecer o(s) item(ns) na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.2. Local/Horário de Entrega

3.2.1. O local de entrega será o Laboratório Central, localizado no Complexo de Saúde Jacqueline Fernandes Costa, Rua Djalma Dutra, 215, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru – PE; Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 07h às 16h; Email: laboratoriocentralcaruaru22@hotmail.com Telefone: 81 3101-0372.

3.3. Das Condições de Entrega

3.3.1. Na entrega dos itens serão verificados:

I. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

II. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

III. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);

IV. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

V. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;

VI. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;

VII. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

3.4. Da Substituição do Objeto

3.4.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratossmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br , acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

3.4.1.1. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

3.4.1.2. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

3.4.2. Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

3.5. Da documentação necessária na entrega do objeto

3.5.1. O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
c) A quantidade correspondente a cada lote.

3.6. Do Prazo de Validade dos Itens

Como já referido no *item 4.4.2.1, III* , no ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade mínimo não inferior a 12 (doze) meses, ou, alternativamente, correspondente a no mínimo 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados da data de recebimento.

3.6. Da Garantia dos Produtos

3.6.1 No âmbito da Administração Pública, a garantia e responsabilidade do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida regra geral da lei 14.133/2021 nos termos do seu art. 120, e subsidiariamente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo fornecedor/fabricante nos casos em que seu prazo seja superior;

3.6.2. No presente certame, como já referido no *item 4.4.2.1, IV*, será dada especial atenção ao prazo de garantia estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o fornecedor responsabilizar-se pela substituição de itens entregues com avarias, defeitos,

inconformidades, embalagens violadas, fora das especificações contratadas ou com validade incompatível com o exigido;

3.6.3. **Com relação aos equipamentos:** Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, com assistência técnica autorizada no território nacional

DO PAGAMENTO

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

4.1. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

4.2. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

4.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

4.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

4.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

4.4.1. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

4.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

4.6. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

4.7. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

4.8. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesma entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21, regulamentado pelo DECRETO Nº 035, DE 14 DE MARÇO DE 2024 em seu art. 29.

5.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;

b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

6.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

6.2. Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

6.3. Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

6.4. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

6.5. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

6.6. Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade - quando aplicável ao caso - e conforme garantia;

6.7. Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;

6.8. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

6.9. Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas),** os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;

6.10. Comunicar à Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

6.11. Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;

6.12. Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;

6.13. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

6.14. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;

6.15. Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

6.15.1. Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail)ou outros dados;

6.16. Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

7.1. Acompanhar a execução do objeto do termo de referência e efetivar a satisfação do crédito do FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo edital;

7.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do termo de referência, do edital ou da ARP/Contrato;

7.3. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

7.4. Notificar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada a ARP/Contrato;

7.5. Comunicar por escrito o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;

7.6. A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

7.7. A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

7.8. Os quantitativos totais expressos no termo de referência são estimativas e representam as previsões para as contratações durante o prazo de **12 (doze) meses.**

7.9. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: GESTORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: GERENTE DE ANÁLISE DE PROCESSOS MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
NOME: EDMAGDA DE BARROS PEREIRA CARGO/FUNÇÃO: Responsável Técnica do Laboratório Municipal MATRÍCULA: 56.291-0	FISCAL TITULAR
NOME: VINÍCIUS CAMPOS LIMA CARGO/FUNÇÃO: Assessor Técnico MATRÍCULA: 56.176-9	FISCAL SUPLENTE

7.9.1. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

8.1. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

8.2. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

8.3. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

CAPÍTULO III
GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Art. 16. São atribuições do gestor do contrato, dentre outras:

I – Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;
II – manter registros formais do histórico de gerenciamento e execução do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
III – monitorar o prazo de vigência do instrumento contratual e solicitar tempestivamente à unidade competente as providências para a sua prorrogação ou para a instauração do processo de contratação, se pertinente, visando à celebração de um novo contrato;
IV – manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômicofinanceiro e extinção contratual;
V – instruir os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
VI – acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;
VII – acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
VIII – notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;
IX – ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual, mediante justificativa escrita;
X – tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
XI – tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;
XII – tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas;
XIII – elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; e
XIV – outras atividades compatíveis com a sua função, inclusive as previstas em regulamentos e instruções normativas expedidas pela Controladoria-Geral do Município.

(...)

Art. 18. São atribuições do fiscal de contrato, dentre outras:
I – conhecer o contrato sob sua responsabilidade, incluindo as diretrizes de execução previstas no termo de referência ou projeto básico e executivo, quando houver, e especificações contidas na proposta da contratada;
II – manter atualizado em sua unidade os registros dos contratos sob a sua fiscalização;
III – fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de fiscalização previsto em contrato;
IV – sempre que possível, e se o contrato assim o exigir, estar presente no local da execução;
V – apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;
VI – informar ao gestor do contrato imediatamente, por meio oficial, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
VII – comunicar imediatamente por meio oficial de notificação, ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VIII – comunicar ao gestor do contrato, por meio oficial de notificação, com antecedência mínima de 60 dias, do término do(s) contrato(s) sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
IX – nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas, mantendo armazenadas as consultas de regularidade previdenciárias e trabalhistas das empresas contratadas, devendo as mesmas serem realizadas até o 5º dia útil de cada mês, a fim de mitigar a culpa in vigilando;

X – explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;
XI – realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;
XII – avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;
XIII – recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e regulamentação municipal que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento,
conferí-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão de contratos;
XIV – determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;
XV – exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
XVI – propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
XVII – determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;
XVIII – registrar em livro próprio e/ou sistema próprio as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar a contratada acerca da(s) irregularidade(s), assinalando prazo para correção;
XIX – manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;
XX – manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;
XXI – verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;
XXII – requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XXIII – conferir as notas fiscais emitidas;
XXIV – receber provisoriamente o objeto do contrato;
XXV – comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contatada; e
XXVI – exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa, incluindo instruções normativas expedidas pela Controladoria-Geral aplicáveis à fiscalização contratual.
§ 1º Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.
§ 2º Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.

DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 As condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão eletrônico para Registro de Preços e seus Anexos, deverão ser mantidas pelo fornecedor beneficiário durante toda a vigência da presente Ata, ficando facultado à Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru/PE, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

9.2. Quando do fornecimento dos produtos, o fornecedor beneficiário deverá manter atualizadas a Regularidade Fiscal e a Habilitação Jurídica para com o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência,

pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Municipal nº. 014/2014.

10.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

10.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados.

10.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes.

10.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no art.5º do Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;
II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do *caput* como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do *caput*, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual:
I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do *caput,* sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:
I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
III - abandonar o certame;
IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do *caput* como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do *caput* como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo *de contratação*, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do *caput* deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do *caput* como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da *dispensa* ou da execução contratual.

11.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
11.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
11.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
11.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.5. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

11.6. Da Advertência

11.6.1. Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

11.7. Da Multa

11.7.1. Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;
b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;
II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

11.7.2. Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.8. Do Impedimento de Licitar

11.8.1. Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;
IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;
V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;
VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respetiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

DO CANCELAMENTO E DO REEQUILIBRIO

12.1. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

12.1.1 - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;

12.1.2 - não aceitar reduzir o seu preço registrado - pós revisão de valores pela SMS, mediante respaldo legal pertinente - na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.1.3 - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

12.1.4 - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

12.1.5 - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho da Secretária Municipal de Saúde, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 035/2024.

12.3. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

12.4. DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO:

12.4.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados

da data do orçamento estimado, neste caso, **22/09/2026**.

12.4.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados - conforme previsto no Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 - mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.4.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4.3. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.4.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.4.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.4.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.4.7. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

DA PUBLICAÇÃO

Esta Ata de Registro de Preços terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Município de Caruaru, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) conforme Art. 94 da Lei nº. 14.133/2021.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aq. de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Invidual Estado
Fonte de recurso	190	Emenda Invidual Federal
Fonte de recurso	124	Alienação de Bens
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela Administração, aplicando-se as disposições constantes nos demais diplomas legais pertinentes que fazem parte do Edital, independente de transcrições.

DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma ***caruaru.1doc.com.br***.

Caruaru/PE, **data da assinatura eletrônica**.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU
Sr. Matheus Eduardo Lima Neves
Secretário de Saúde

_____
Fornecedor Registrado

TESTEMUNHA:_____**CPF/MF:**_____

TESTEMUNHA:_____**CPF/MF:**_____

ANEXO I DA ARP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90xxx/2026 - UC-Saúde

Vencedor:

Item	Produto	Marca	Und.	Qtd.	P. Unit (R$).	P. Total (R$).
Total do Fornecedor (R$)						R$

ANEXO II (Ata de Registro de Preços) -
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DESIGNADOS

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula N°. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora das Atas de Registro de Preços**, Nº(s). XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula Nº. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de Atas suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

_____

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

_____

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente

ANEXO III (Ata de Registro de Preços) -
TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCAIS DESIGNADOS

Eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal das Atas de Registro de Preços**, Nº(s). XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula Nº. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de Atas suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

_____

(Nome do fiscal titular)
Fiscal Titular

_____

(Nome do fiscal suplente)
Fiscal Suplente

ANEXO V (EDITAL)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº. ____/2026 – SMS

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E A EMPRESA _____- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. _____/2026 - UC-SAÚDE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. _____/2026 - UC-SAÚDE.

O MUNICÍPIO DE CARUARU PE, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.371.082/0001-05, neste ato, representado pelo Gestor e Secretário de Saúde, **Sr. Matheus Eduardo Lima Neves**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, residente e domiciliado em Caruaru/PE, inscrito no CPF/MF sob o n°. 106.***.***-29 e RG n°. 9***.705-SDS/PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa _____ com sede_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº._____, representada pelo_____, CPF nº._____ e R.G. nº._____, residente e domiciliado em_____, pactuam o presente Contrato, cuja celebração é decorrente do **Processo de Licitação** nº. _____/2026 – **Pregão Eletrônico** nº. ____/2026 - doravante denominado **CONTRATADO,** mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de insumos e equipamentos laboratoriais, necessários ao suporte de atividades e à liberação de laudos de exames nos LABCEN e no LACIAN, com fornecimento parcelado dos itens, durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas de consumo constantes da relação em Anexo a este instrumento, bem como edital e anexos e a proposta comercial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato vincula-se às determinações da **Lei nº. 14.133, de 2021**, LC nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, LC n°. 147 de 07 de agosto de 2014 e suas alterações; Decreto nº. 8.538 de 06 de outubro de 2015. Decretos Municipais nº. 050 de 14 de julho de 2023; nº. 065 de 29 de agosto de 2023; nº. 075 de 29 de setembro de 2023; nº. 080 de 05 de outubro de 2023; nº. 009 de 17 de janeiro de 2024; nº 034 e 035 de 14 de março de 2024, nº 080 de 30 de julho de 2024, e suas alterações; aplicam-se ainda à presente relação jurídica contratual os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, LOCAL E DO RECEBIMENTO

Parágrafo Primeiro - Do Prazo de Entrega

I - Os itens serão entregues no **prazo de até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento e serão acompanhados da nota fiscal e cópia da Ordem Fornecimento correspondente;

II - Caso não seja possível fornecer o(s) item(ns) na data assinalada, o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, com pelo menos 5 (cinco) dias consecutivos de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Parágrafo Segundo - Local/Horário de Entrega

I - O local de entrega será o Laboratório Central, localizado no Complexo de Saúde Jacqueline Fernandes Costa, Rua Djalma Dutra, 215, Bairro Nossa Senhora das Dores, Caruaru – PE; Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 07h às 16h; Email: laboratoriocentralcaruaru22@hotmail.com Telefone: 81 3101-0372.

Parágrafo Terceiro - Das Condições de Entrega

A). Na entrega dos itens serão verificados:

I. As especificações técnicas devem estar em conformidade com o que foi solicitado e regulamentado pela legislação vigente;

II. Os itens devem estar acondicionados em caixas originais do fabricante, com impressão legível e indelével, constando dados essenciais para a identificação e procedência do produto, como informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, garantia, entre outros dados, nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor;

III. Cada produto deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação do conteúdo, identificados, e com o número do registro emitido pela Anvisa (quando cabível ao caso);

IV. O nome, o número do lote, a validade (quando cabível ao caso) e o fabricante dos produtos adquiridos devem estar discriminados na nota fiscal de compra e serem conferidos no momento do recebimento;

V. Os produtos devem estar em conformidade com as Normas ABNT vigentes e referendando a segurança do paciente e do profissional de saúde;

VI. Os produtos entregues que apresentarem vício ou defeito de qualidade e/ou estiverem em desacordo com as especificações e condições editalícias, deverão ser imediatamente substituídos sem qualquer ônus para a administração pública e sujeitará, a licitante, às punições previstas no presente edital e na legislação sanitária;

VII. O não atendimento das condições contidas neste Termo de Referência implicará na recusa do recebimento dos produtos, sem ônus para a Administração Pública e sujeitará o licitante às punições previstas neste Edital e na LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE.

Parágrafo Quarto - Da Substituição do Objeto

I - O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes na nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, quando for o caso, enviado pelo setor demandante. Não serão aceitos itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

a) o pedido de substituição deverá ser protocolado junto a Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, através dos e-mails: gestaodecontratossmscaruaru@gmail.com e/ou gdc@saudecaruaru.pe.gov.br , acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

b) a nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pelo Departamento requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

II - O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.

III - Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, entre outros.

IV - Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou ARP/Contrato, o fornecedor também deverá apresentar declaração de que o produto será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou da ARP/Contrato.

Parágrafo Quinto - Da documentação necessária na entrega do objeto

I - O FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO deverá apresentar Nota(s) Fiscal (is), que deve conter - além de outras informações exigidas de acordo com a legislação específica - os seguintes dados:

a) Descrição dos itens compatível com o ANEXO I, deste Termo de Referência;
b) O(s) número(s) do(s) lote(s) fornecido(s);
c) A quantidade correspondente a cada lote.

Parágrafo Sexto - Do Prazo de Validade dos Itens

I - Como já referido no *item 4.4.2.1, III* ***(do termo de referência)***, no ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade mínimo não inferior a 12 (doze) meses, ou, alternativamente, correspondente a no mínimo 2/3 (dois terços) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante, contados da data de recebimento.

Parágrafo Sétimo - Da Garantia dos Produtos

I - No âmbito da Administração Pública, a garantia e responsabilidade do objeto descrito neste Termo de Referência será aquela estabelecida regra geral da lei 14.133/2021 nos termos do seu art. 120, e subsidiariamente a aplicação do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, bem como com a legislação específica aplicável à atividade. Prevalecerá a garantia oferecida pelo fornecedor/fabricante nos casos em que seu prazo seja superior;

II - No presente certame, como já referido no *item 4.4.2.1, IV**(do termo de referência)***, será dada especial atenção ao prazo de garantia estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo o fornecedor responsabilizar-se pela substituição de itens entregues com avarias, defeitos, inconformidades, embalagens violadas, fora das especificações contratadas ou com validade incompatível com o exigido;

III - **Com relação aos equipamentos:** Garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens adquiridos, com assistência técnica autorizada no território nacional

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Atribui-se a esse Contrato o valor total de **R$ ( )** referente ao objeto previsto na Cláusula Primeira, para a totalidade do período mencionado na Cláusula terceira, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. Unit	V. total

Em atenção ao DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024, o pagamento obedecerá as seguintes prerrogativas:

I. O pagamento será efetuado a cada fornecimento/prestação do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da despesa no sistema contábil, para todas as contratações decorrentes de despesas cujos valores ultrapassem ou não o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

II. O fornecedor registrado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

a. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o fornecedor registrado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o fornecedor registrado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE.

III. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

IV. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo FORNECEDOR REGISTRADO/CONTRATADO.

a. Enquanto o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

V. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

VI. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à empresa registrada não gerarão direito a qualquer atualização.

VII. Para fins de pagamento, o fornecedor registrado, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome do fornecedor registrado. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

VIII. O pagamento correspondente aos fornecimento efetivado dar-se-á através de crédito em conta corrente preferencialmente na Caixa Econômica Federal ou outra Instituição Bancária indicado pelo Fornecedor/Prestador de Serviços, devendo o mesma entrar em contato com a Gerência Financeira da SMS.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, entrando em vigor no primeiro dia útil subsequente a data de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e sua vigência será de 12 (doze) meses considerando o exercício financeiro nos termos do art.105, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, considerando a natureza continuada do objeto nos termos do art 106 da lei 14.133/2021, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Parágrafo Segundo - O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da empresa Contratada:

I - Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento deste Termo de Referência;

II - Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da ARP/Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

III - Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

IV - Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

V - Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

VI - Fornecer os itens sempre dentro de seu prazo de validade - quando aplicável ao caso - e conforme garantia;

VII - Fornecer os itens em embalagens originais, de forma que evite avarias durante o transporte e descarregamento;

VIII - Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais,

estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste termo de referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde;

IX - Substituir, **no prazo de 48 (quarenta e oito horas),** os produtos em desconformidade com as especificações da ARP/Contrato, sem ônus para a Secretaria;

X - Comunicar à Gestão De Contratos, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da ARP/Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, quando for o caso, providenciando a devida correção;

XI - Não transferir a outrem, o objeto da ARP/Contrato;

XII - Além de outros documentos que possam ser exigidos em edital e/ou ARP/Contrato, os fornecedores também deverão apresentar Declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste termo, do edital ou da ARP/Contrato;

XIII - Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista;

A) A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências de reserva de cargos previstas em lei e em outras normas específicas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, nos termos do art. 92, inciso XVII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 083, de 29 de julho de 2025, mantendo a regularidade dessas condições durante toda a vigência do contrato e apresentando à Administração, sempre que solicitado, a documentação comprobatória de seu cumprimento;

XIV - Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do responsável pela Ata de Registro de Preços;

XV - Manter número telefônico e e-mail atualizados, para contato e intermediação junto à contratante;

A) Informar ao setor de Gestão de Contratos da Secretaria de Saúde, durante o período de vigência da ARP/Contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico(e-mail)ou outros dados;

XVI - Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro - São responsabilidades da Contratante:

I - Acompanhar a execução do objeto deste termo de referência e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e no respectivo Aviso de Contratação;

II - Prestar os esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela prestadora contratada e que sejam pertinentes ao objeto do presente termo de referência, do edital ou Contrato;

III - Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução do objeto pela prestadora/contratada, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e colaboradores, cumprindo com as obrigações preestabelecidas;

IV - Notificar por escrito o CONTRATADO, por qualquer irregularidade relacionada ao Contrato;

V - Comunicar por escrito o CONTRATADO o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais.

VI - A Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru não está obrigada a adquirir uma quantidade mínima dos produtos, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição;

VII - A existência do preço registrado não obriga a Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições;

VIII - Os quantitativos totais expressos neste termo de referência são estimativas e representam as previsões para as contratações durante o prazo de **12 (doze) meses.**

IX - A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será realizada pelos servidores a seguir designados:

NOME: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA CARGO/FUNÇÃO: GESTORA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS MATRÍCULA:56199-8	GESTOR TITULAR
NOME: LUCIANA FERREIRA DA PAZ CARGO/FUNÇÃO: GERENTE DE ANÁLISE DE PROCESSOS MATRÍCULA: 56198-5	GESTOR SUPLENTE
NOME: EDMAGDA DE BARROS PEREIRA CARGO/FUNÇÃO: Responsável Técnica do Laboratório Municipal MATRÍCULA: 56.291-0	FISCAL TITULAR
NOME: VINÍCIUS CAMPOS LIMA CARGO/FUNÇÃO: Assessor Técnico MATRÍCULA: 56.176-9	FISCAL SUPLENTE

a. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto Municipal nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

CLÁUSULA OITAVA – DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo III e no Anexo IV do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14.133 de 2021.

Parágrafo Segundo - As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de

setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

Parágrafo Terceiro - Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços/produtos, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

CAPÍTULO III
GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Art. 16. São atribuições do gestor do contrato, dentre outras:
I – Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;
II – manter registros formais do histórico de gerenciamento e execução do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
III – monitorar o prazo de vigência do instrumento contratual e solicitar tempestivamente à unidade competente as providências para a sua prorrogação ou para a instauração do processo de contratação, se pertinente, visando à celebração de um novo contrato;
IV – manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômicofinanceiro e extinção contratual;
V – instruir os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;
VI – acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;
VII – acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
VIII – notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;
IX – ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual, mediante justificativa escrita;
X – tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
XI – tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;
XII – tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas;
XIII – elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato; e
XIV – outras atividades compatíveis com a sua função, inclusive as previstas em regulamentos e instruções normativas expedidas pela Controladoria-Geral do Município.

(...)

Art. 18. São atribuições do fiscal de contrato, dentre outras:
I – conhecer o contrato sob sua responsabilidade, incluindo as diretrizes de execução previstas no termo de referência ou projeto básico e executivo, quando houver, e especificações contidas na proposta da contratada;
II – manter atualizado em sua unidade os registros dos contratos sob a sua fiscalização;
III – fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de fiscalização previsto em contrato;
IV – sempre que possível, e se o contrato assim o exigir, estar presente no local da execução;
V – apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;
VI – informar ao gestor do contrato imediatamente, por meio oficial, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias

e saneadoras, se for o caso;
VII – comunicar imediatamente por meio oficial de notificação, ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VIII – comunicar ao gestor do contrato, por meio oficial de notificação, com antecedência mínima de 60 dias, do término do(s) contrato(s) sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
IX – nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas, mantendo armazenadas as consultas de regularidade previdenciárias e trabalhistas das empresas contratadas, devendo as mesmas serem realizadas até o 5º dia útil de cada mês, a fim de mitigar a culpa in vigilando;
X – explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;
XI – realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;
XII – avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;
XIII – recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e regulamentação municipal que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento,
conferí-los e encaminhá-los à unidade responsável pela gestão de contratos;
XIV – determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;
XV – exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
XVI – propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
XVII – determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;
XVIII – registrar em livro próprio e/ou sistema próprio as ocorrências relacionadas à execução do objeto e cientificar a contratada acerca da(s) irregularidade(s), assinalando prazo para correção;
XIX – manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;
XX – manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;
XXI – verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;
XXII – requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XXIII – conferir as notas fiscais emitidas;
XXIV – receber provisoriamente o objeto do contrato;
XXV – comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contatada; e
XXVI – exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa, incluindo instruções normativas expedidas pela Controladoria-Geral aplicáveis à fiscalização contratual.
§ 1º Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.
§ 2º Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, que neste certame é de **22/09/2026**.

Parágrafo Segundo - Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais serão reajustados - conforme previsto no Art. 92, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 - mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

I - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quarto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Sétimo - Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, II, d, da Lei 14.133/2021, mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro - Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Segundo - Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no Art. 121, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, atendendo ao disposto no Decreto Municipal Nº 080, DE 30 DE JULHO DE 2024, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

Parágrafo Primeiro - Art. 5º DA INTERPRETAÇÃO DO ART. 155 DA LEI Nº 14.133, DE 2021

I - der causa à inexecução parcial do contrato;
II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - der causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

A) 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento inescusável de obrigação assumida pelo contratado, que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

B) 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da dispensa ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;
II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;
III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;
IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

C) 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação, Pregoeiro, Comissão de Contratação ou agente responsável pela condução do certame durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;
II - deixar de encaminhar proposta ou encaminhá-la em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação;
III - abandonar o certame;
IV - solicitar desistência ou desclassificação após a abertura da sessão do certame;
V - provocar propositalmente a inabilitação após a abertura da sessão do certame.

D) 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que cause grave dano à Administração de natureza econômica ou operacional, notadamente ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

E) 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato que frustre ou comprometa intencionalmente o caráter competitivo, notadamente mediante conluio ou qualquer sorte de atos destinados à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha intencionalmente em erro agentes públicos do Município de Caruaru no curso do processo de contratação, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

F) 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da dispensa ou da execução contratual.

Parágrafo Segundo - Art. 9º DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

Parágrafo Terceiro - A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Quarto - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Parágrafo Quinto - Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Parágrafo Sexto - Art. 13. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave;
II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.
III - Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual ou licitação ou procedimento de contratação direta e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo Sétimo - Art. 14. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do art. 13 deste Decreto;
b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;
b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

4º Na aplicação da sanção prevista no caput deste artigo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

5º A penalidade de multa prevista no inciso I, alínea b), do caput deste artigo poderá ser afastada, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, quando o atraso na entrega da documentação fora do prazo estabelecido não tenha acarretado prejuízo à administração pública municipal e desde observados também os seguintes requisitos cumulativos:

I - ausência de dolo na conduta;
II - que o eventual atraso no cumprimento do prazo não seja superior à sua quarta parte;
III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação de prazo antecedente;
IV - que o licitante não tenha sofrido penalidade imposta pela administração pública municipal, direta ou indireta, em decorrência de quaisquer das infrações disciplinadas neste regulamento, no período de 12 (doze) meses que antecederem o fato em razão do qual seria aplicada a penalidade.

6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas eventuais atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria-Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município e adotadas as respectivas medidas legais de cobrança.

Parágrafo Oitavo - Art. 15. O atraso injustificado na execução da ARP/contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

I - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ARP/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Parágrafo Nono - Do Impedimento de Licitar

A) Art. 16. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste artigo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou na ARP/contrato, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial da ARP/contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a), do inciso I, do art. 14 deste Decreto, ou que cause grave dano à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;
II - der causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Município pelo período de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias;
IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 12 (doze) meses;
V - não celebrar a ARP/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 18 (dezoito) meses;
VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de 24 (vinte e quatro) a 36 (trinta e seis) meses;

Parágrafo único. Em relação às condutas previstas neste artigo, a avaliação de enquadramento e o estabelecimento dos critérios de dosimetria da pena caberão à respetiva autoridade competente prevista no art. 7º deste regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O presente Termo de Contrato poderá ser extinto:

I. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
II. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

I. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Terceiro - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
III. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Para assinatura do contrato, a contratada deverá efetuar, o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, através de boleto emitido pela Secretaria da Fazenda Municipal, nos moldes da tabela abaixo:

Contratos com o Município (Emissão, Renovação e/ou Aditivos).	Taxa Correspondente
Até R$ 2.000,00	UFM* s 20
De R$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R$ 100.000,01	UFM s 500

***Cada UFM tem o valor atual de R$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da ata de registro de preços e ou contrato ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

Lei Orçamentária Anual 2026 - Lei nº 7.439 de 05 de dezembro 2025.		
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	1.1022	Aq. de veículos, máquinas, móveis e equipamentos para a assistência de média e alta
Fonte de recurso	152	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	120	recursos de operação de crédito
Fonte de recurso	186	Emenda Invidual Estado
Fonte de recurso	190	Emenda Invidual Federal
Fonte de recurso	124	Alienação de Bens
Classificação da despesa	4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente
Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Fonte de recurso	153	Recuros do Governo Estadual
Fonte de recurso	175	Emenda Individual da união
Fonte de recurso	186	Emenda Individual Estado
Fonte de recurso	177	Emenda de comissão
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras

cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita; não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Art. 120 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

Parágrafo Quarto - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Parágrafo Segundo - Não será admitida a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da licitação.

Parágrafo Terceiro - É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto da licitação.

I. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

II. Assim, não poderá participar desta licitação consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição, visto que não se faz necessária a conjugação de esforços para a prestação do(s) presente(s) fornecimento(s).

III. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei nº. 14.133/2021.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma ***caruaru.1doc.com.br***.

Caruaru/PE**, data da assinatura eletrônica**.

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CARUARU
Sr. Matheus Eduardo Lima Neves
Secretário de Saúde

EMPRESA
Contratada

TESTEMUNHA:_____**CPF/MF:**_____

TESTEMUNHA:_____**CPF/MF:**_____

ANEXO II (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DESIGNADOS

Eu, **Taciana Angélica de Carvalho Silva**, matrícula N°. 56.199-8, lotada na Gestão de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contratos**, do(s) Contrato(s) Nº. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência da Gestora Titular, eu, **Luciana Ferreira da Paz**, matrícula Nº. 56.198-5, lotada na Gerência de Análise de Processos e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de gestora de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

_____

Taciana Angélica de Carvalho Silva
Gestora Titular

_____

Luciana Ferreira da Paz
Gestora Suplente

ANEXO III (CONTRATO) - TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DOS FISCAIS DESIGNADOS

Eu, _____, matrícula N°. XX.XXX-X, lotado(a) no(a) _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contratos**, do(s) Contrato(s) Nº. XXX/2026, XXX/2026, XXX/2026 e _____ – UC-Saúde, referente(s) ao Pregão Eletrônico nº 90XXX/2026 – UC-Saúde, que tem como objeto: _____, ora atribuída, e das respectivas funções e responsabilidades que lhe são inerentes, conforme estabelecido no Decreto Nº. 050 de 14 de julho de 2023.

Na ausência do Fiscal Titular, eu, _____, matrícula Nº. XX.XXX-X, lotado(a) na _____ da Secretaria Municipal de Saúde de Caruaru, **declaro-me ciente da designação de fiscal de contrato suplente**.

Caruaru/PE, data da assinatura eletrônica.

_____

(Nome do fiscal titular)
Fiscal Titular

_____

(Nome do fiscal suplente)
Fiscal Suplente